

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

DANIELLE VOLPIAN MARQUES

**TRABALHO E EDUCAÇÃO: o caráter educativo da organização das
mulheres do Assentamento Reunidas, Agrovila Campinas em
Promissão/SP.**

**SÃO CARLOS – SP
AGOSTO, 2019**

DANIELLE VOLPIAN MARQUES

**TRABALHO E EDUCAÇÃO: o caráter educativo da organização das
mulheres do Assentamento Reunidas, Agrovila Campinas em
Promissão/SP.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de mestra em Educação.

Linha de pesquisa: Estado, Política e Formação Humana.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina dos Santos Bezerra

**SÃO CARLOS – SP
AGOSTO, 2019**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Danielle Volpian Marques, realizada em 29/08/2019:

Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos
UFSCar

Prof. Dr. Fábio Fernandes Villela
UNESP

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Fábio Fernandes Villela e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos

Dedico esta dissertação a todas as mães desta nação e ao meu filho João Caetano.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar por repensar sobre a possibilidade de uma licença gestante regulamentada que me permitiu ingressar no mestrado. Agradeço a todo corpo docente que tanto me ensinou, me formou, e me abriu os olhos para a Educação.

Especialmente aos meus pais que sempre estiveram presentes na minha trajetória de estudos com todo amor, confiança e cuidado.

Ao meu filho, João Caetano, pela alegria, pelo olhar que me faz querer ser melhor todos os dias, por ser sua mãe, por tudo que as palavras aqui não conseguem expressar.

À Márcia, avó do meu filho, por cuidar de João com todo amor, o que permitiu todas as minhas viagens até São Carlos e as horas dedicadas aos estudos.

A minha orientadora Maria Cristina dos Santos Bezerra por toda paciência, por todos os ensinamentos, apontamentos, formação, inspiração e amparo.

A minha avó Antônia por estar por perto, me ajudando e me encorajando a continuar. A minha irmã Gabriela por me fortalecer em vários momentos, sendo parceira e amiga.

Aos meus amigos que me encorajaram nessa caminhada cheia de desafios, em especial a minha grande amiga Ana Gauy. E ao Vinícius por, carinhosamente, ter me ajudado a desenvolver parte deste trabalho.

Às mulheres da Agrovila Campinas: Lurdinha, Glorinha, Cidinha e Cida, por terem aceitado participar deste trabalho. Por terem se tornado inspiração para mim em tantos aspectos. Pelas tardes de conversas repletas de conhecimento, histórias e pães.

Ao pai do meu filho, Márcio, por estar presente e reconhecer a importância desta formação.

Ao professor Fábio Villela por ter contribuído nos meus anseios pela pesquisa em Educação, antes e durante o mestrado. E ao professor Joelson G. Carvalho por ter feito apontamentos valiosos na qualificação deste trabalho.

*“O meu país é meu lugar de fala”
(Elza Soares)*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Agrovila Campinas, Assentamento Reunidas, município de Promissão – SP. A) Entrada da agrovila. B) Salão ao lado da cozinha em que os pães são produzidos. Local em que as entrevistas foram feitas.

Figura 2: Trecho de reportagem sobre o aborto do Jornal Pastoral da Terra.

Figura 3: Imagem retirada do documento intitulado “Plano Brasil Sem Miséria” (2013), sendo uma das metas do plano a inclusão produtiva no meio rural e urbano.

Figura 4: A rota de inclusão produtiva rural no Plano Brasil Sem Miséria, retirada do livro “O Brasil Sem Miséria”.

Figura 5: Passo a passo da execução Pronatec/BSM Mulheres Mil.

Figura 6: Matiz curricular do curso de panificação retirada do documento original disponibilizado pelo Instituto Federal de Birigui.

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica de Extensão Rural

BSM – Brasil Sem Miséria

COMDIM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COOPAJOTA – Cooperativa de Produção Agrícola Pe. Josimo Tavares

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PBSM – Programa Brasil Sem Miséria

PMM – Programa Mulheres Mil

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

RESUMO

No interior do movimento pela reforma agrária, as mulheres assumem uma postura ativa e crítica contra a hegemonia do capital, e contra a especificidade da situação de exploração e inferiorização da mulher na sociedade capitalista. Exatamente neste cenário que um grupo de mulheres do Assentamento Reunidas, agrovila Campinas, situado no município de Promissão/SP, decidiu se organizar em 2011 em um grupo para a fabricação de pães, denominado “Flores do Campo”. Este trabalho investigou a organização dessas mulheres enfatizando questões sobre trabalho e educação presentes nesse processo. Durante a pesquisa, além da fundamentação teórica, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes e ex-participantes do grupo, bem como análises de bibliografia e documentos pertinentes ao estudo. O trabalho elucida a condição de mulher assentada e o trabalho no campo na Agrovila Campinas. É feita uma análise sobre os motivos pelos quais essas mulheres decidiram se organizar, bem como sobre o funcionamento do grupo. A profissionalização das mulheres é discutida no campo da educação profissional, perpassando as políticas públicas de qualificação profissional voltadas especificamente às mulheres rurais. Fatores como a manutenção das condições básicas de sobrevivência das famílias assentadas, junto às contradições do papel desempenhado por essas mulheres são analisados em relação ao desmonte do grupo. Evidencia-se uma postura ativa e fundamental dessas mulheres na dinâmica dos lotes, que demonstram se organizar na busca por reconhecimento e autonomia num processo contínuo de adversidades e superações. Esta pesquisa procurou contribuir e ampliar o debate sobre a condição da mulher rural assentada, que enfrenta diversos desafios no seu cotidiano.

Palavras-chave: Mulher rural. Trabalho. Qualificação profissional. Grupo produtivo.

ABSTRACT

Within the movement for agrarian reform, women take an active and critical stance against the hegemony of capital, and against the specificity of the situation of exploitation and inferiority of women within capitalist society. Exactly in this scenario, a group of women from Settlement Reunidas, Agrovila Campinas, located in the city of Promissão/SP, decided to organize in 2011 a group for bread making, called “Flores do Campo”. This paper investigated the organization of these women emphasizing issues about work and education present in this process. During the research, in addition to the theoretical foundation, semi-structured interviews were conducted with participants and former participants of the group, as well as bibliographical analysis and documents relevant to the study. The work elucidates about the condition of settled woman and the field work in Agrovila Campinas. An analysis of the reasons why these women decided to organize themselves, as well as how the group works. The professionalization of women is discussed in the field of professional education, bypassing the public policies of professional qualification aimed specifically at rural women. Factors such as the maintenance of the basic survival conditions of the settled families, together with the contradictions of the role played by these women, are analyzed in relation to the group dismantling. An active and fundamental posture of these women in the dynamics of the lots is evident, which demonstrate to organize themselves in struggle, searching for recognition and autonomy in a continuous process of adversity and overcoming. This research sought to contribute and broaden the debate on the condition of rural women who face several challenges in their daily lives.

Keywords: Rural woman. Work. Professional qualification. Productive group.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A MULHER ASSENTADA E O TRABALHO NO ASSENTAMENTO REUNIDAS, AGROVILA CAMPINAS.....	17
2 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	32
2.1 A organização do grupo Flores do Campo	32
2.2 A formação profissional.....	39
3 O DESMONTE E A LUTA PERENE	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE	73
ANEXO.....	77

INTRODUÇÃO

No interior do movimento pela reforma agrária, as mulheres assumem uma postura ativa e crítica contra a hegemonia do capital, e contra a especificidade da situação de exploração e inferiorização da mulher na sociedade capitalista. No caso de um dos maiores movimentos sociais de base classista, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, as mulheres se fazem essenciais na práxis de confronto e desafios desde os acampamentos até a regulamentação dos assentamentos, visando à superação da realidade atual do agronegócio.

De maneira geral, nas estratégias de reivindicação pela posse da terra dentro do MST, que vai desde a formação dos acampamentos¹ até o momento da formação dos assentamentos, as mulheres têm uma maior participação política e efetiva na dinâmica dos acampamentos. E isto está relacionado com o fato do acampamento propiciar a expressão e organização política coletiva, algo que seria essencial na organização do futuro assentamento (BELO e PEDLOWSKI, 2014). Porém, é recorrente o retrocesso e a volta de uma dominação patriarcal mais acentuada após a conquista da terra, ou seja, após a regulamentação do assentamento que garante a posse da terra pelo movimento. E esta problemática é pautada por parte expressiva dessas mulheres como uma questão de autocritica dentro do próprio movimento (PINASSI, 2010).

Algumas autoras (BRUNO et al, 2013; GARCIA, 2000; HEREDIA e CINTRÃO, 2006; SCHWENDLER, 2015) trazem em suas pesquisas a desvalorização do trabalho das mulheres rurais, tanto em relação ao trabalho produtivo, que gera renda de maneira direta, como em relação ao trabalho doméstico, e isso compreende um contexto bastante complexo. Os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos permanecem como responsabilidade única ou majoritariamente das mulheres. É comum as mulheres terem de assumir, além das tarefas da casa e da criação dos filhos, o cuidado de um espaço que podemos denominar de “quintal”, segundo Heredia e Cintrão (2006), que é basicamente uma área da terra que está localizada no entorno da casa na qual geralmente é cultivada horta, pequenos roçados, com a criação de

¹ Os acampamentos são ocupações de terra utilizadas pelo MST como forma de reivindicar a posse de terras improdutivas em busca da territorialização dos indivíduos que querem participar da luta pela reforma agrária (BELO e PEDLOWSKI, 2014). E a regulamentação e garantia da posse da terra ocupada pelo movimento consiste na formação do assentamento, que ocorre posteriormente à fase de ocupação nos acampamentos.

animais de pequeno porte. Neste caso, todos esses alimentos cultivados no “quintal” servirão de alimento pra subsistência da própria família.

Este tipo de trabalho desempenhado pelas mulheres, mesmo sendo essenciais para a manutenção de toda a família para que as atividades de sobrevivência e trabalho continuem sendo exercidas, não é valorizado dada a sua importância. Por não ser um trabalho rentável direta e monetariamente é arrastado para um quadro de invisibilidade. Visto como uma extensão do trabalho doméstico (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

Entretanto, a divisão sexual do trabalho no ambiente rural não consegue ser definido como sendo as mulheres responsáveis pelas tarefas reprodutivas (cuidados com a casa e com os filhos), e os homens pelo trabalho produtivo (neste caso, trabalho agrícola e/ou rentável). As mulheres estão presentes no cuidado e manutenção diretos do trabalho agrícola. Porém, o trabalho dispendido no lote pela assentada, como já vinha sendo mostrado em algumas pesquisas, é considerado como “componente subliminar” na produção (GARCIA, 2000).

Exatamente neste cenário que um grupo de mulheres do Assentamento Reunidas, agrovila Campinas, situado no município de Promissão – São Paulo, observando e vivenciando o adoecimento de algumas “companheiras”, em decorrência da sobrecarga de trabalho doméstico e produtivo e do isolamento consequente do trabalho dedicado ao lote e ao núcleo familiar, decidiu no início de 2011 organizar encontros quinzenais abertos às mulheres da Agrovila Campinas para que pudessem compartilhar experiências, contar suas respectivas trajetórias e também para fazer exercícios físicos. Neste mesmo ano, após uma dinâmica com dança na qual cada mulher se identificava com o nome de uma flor, surgiu o grupo “Flores do Campo”, o qual tinha aproximadamente 20 participantes.

Posteriormente a esta primeira fase do grupo, as mulheres identificaram a necessidade de produzirem algo coletivamente, principalmente para a complementação de renda no orçamento familiar e individual, então, decidiram pela produção de pães. Assim surgiu o grupo produtivo de pães “Flores do Campo” que, agora com a rotina de produzir os pães, compreendia num total de 10 mulheres que se revezavam duas vezes na semana para tal. Ainda que a venda fosse informal, para aumentar a produção, enviaram um projeto ao INCRA que solicitava diversos equipamentos de padaria. O projeto foi aceito e a solicitação atendida. No decorrer do funcionamento do grupo, algumas mulheres foram saindo, e as dificuldades para a permanência na dinâmica de produção dos pães serão analisadas e discutidas ao longo deste trabalho, tendo este como um dos nossos objetivos.

A trajetória do grupo também é marcada pela realização de um curso técnico de panificação que inicialmente foi incentivada por algumas mulheres do Flores do Campo, mas

que depois contemplou mais de 300 mulheres de Promissão e Reginópolis – SP. O curso faz parte do Programa Mulheres Mil, um programa do governo federal que visa atender mulheres em situação de vulnerabilidade, e que oferece cursos profissionalizantes para o ingresso das mesmas no mercado de trabalho. O curso foi executado pelo Instituto Federal de Birigui e teve duração de cinco meses, de junho a dezembro de 2014. Mesmo que o grupo tenha tido um projeto de solicitação de equipamentos aceito pelo INCRA, e que tenha sido o principal responsável por trazer ao assentamento um curso técnico de panificação promovido por um programa federal, os obstáculos se fazem presentes durante todo o processo de organização do grupo, desde o contexto que justifica a necessidade do surgimento do grupo até sua operacionalização.

As dificuldades para a continuidade e participação das mulheres no grupo é objeto de estudo deste trabalho que tem como objetivo investigar o grupo produtivo Flores do Campo na organização das mulheres da agrovila Campinas, no Assentamento Reunidas. Nesse sentido, para avançarmos nos objetivos gerais nos propomos a investigar os seguintes objetivos específicos:

- Compreender o contexto e os reais motivos que levaram à necessidade de organização das mulheres da agrovila Campinas no Assentamento Campinas após mais de 20 anos de assentadas;
- Analisar o processo de organização desde a ideia da produção dos pães, passando pelo projeto escrito da padaria artesanal Flores do Campo, e formação técnica pelo curso de panificação do Programa Mulheres Mil;
- Analisar a relação entre o curso técnico de panificação e as políticas públicas de qualificação profissional voltadas para o campo;
- Investigar como se efetuou a dinâmica de produção, comercialização e distribuição dos produtos;
- Analisar as dificuldades que levaram ao desmonte do grupo Flores do Campo, bem como o cenário atual na produção dos pães, e a realidade das mulheres que estiveram no grupo.

O estudo teve seu início pela aproximação e fundamentação teórica sobre o tema. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas as quais se constituem por perguntas abertas e fechadas em que o pesquisador segue um conjunto de questões previamente definidas que são feitas num contexto semelhante a uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005). O roteiro que auxiliou na execução das entrevistas se encontra

no Apêndice A. Foram entrevistadas quatro mulheres da agrovila Campinas, no assentamento Reunidas. As entrevistadas fizeram ou ainda fazem parte da organização e produção de pães do grupo Flores do Campo. Duas ainda atuam na produção dos pães, e as outras duas entrevistadas são ex-integrantes do grupo. A entrevista com as participantes ativas do grupo foi realizada de maneira conjunta, na qual as duas respondiam durante a entrevista. E as entrevistas com as outras duas mulheres foram feitas de forma individual, em momentos distintos. O método de amostragem intencional foi utilizado para a seleção dos sujeitos da pesquisa (COSTA NETO, 1977). As amostras intencionais correspondem aos casos em que o pesquisador deliberadamente escolhe certos elementos para pertencer à amostra, por julgar tais elementos representativos dentre a população (COSTA NETO, 1977).

Foram tiradas fotos da agrovila Campinas e do local no qual acontecia a confecção dos pães, e que também ocorreram as entrevistas, analisados documentos pertinentes à pesquisa como o projeto da padaria enviado ao INCRA durante a organização do grupo Flores do Campo, e a ementa do curso de panificação organizado pelo Instituto Federal de Birigui. Além de todo o material utilizado para a fundamentação e análise do processo de organização e desmonte no grupo Flores do Campo.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro discorre sobre a mulher assentada e o trabalho no campo no assentamento Reunidas, agrovila Campinas, e é neste capítulo que serão apresentados os principais motivos que favoreceram o surgimento do grupo produtivo Flores do Campo. O segundo se concentra em analisar a organização e o funcionamento do grupo, assim como a profissionalização das mulheres e discute a política pública de qualificação profissional voltada às mulheres em situação de vulnerabilidade, como é o caso do Programa Mulheres Mil. Adentramos no campo da educação profissional, tanto no destaque de sua importância e perspectivas, como na identificação de problemas quanto a sua aplicação e seu objetivo em inserir as egressas no mercado de trabalho. E o terceiro é dedicado a refletir e analisar as principais questões que influenciaram no desmonte do grupo e o significado do processo de organização do Flores do Campo no contexto das mulheres da Agrovila Campinas.

A pesquisa aqui dissertada procurou contribuir e ampliar o debate sobre a mulher rural assentada, que enfrenta diversos desafios no seu cotidiano, sobrecarregada pelo trabalho reprodutivo e produtivo. E que, simultaneamente a uma postura ativa e fundamental na dinâmica dos lotes do assentamento, se organiza em luta na busca por reconhecimento e autonomia num processo contínuo de adversidades e superações, sendo este o caso da organização do grupo produtivo Flores do Campo.

1 A MULHER ASSENTADA E O TRABALHO NO ASSENTAMENTO REUNIDAS, AGROVILA CAMPINAS

Após ser considerada uma área de latifúndio improdutivo, a Fazenda Reunidas, localizada no interior de São Paulo, em Promissão, foi desapropriada em 1986, e teve a publicação do decreto de desapropriação e posse definitiva da fazenda para fins de reforma agrária em novembro de 1987. O assentamento Reunidas apresenta notável heterogeneidade desde sua formação, e sua constituição aponta três momentos, segundo Paccola (1995, p. 133, apud SANTOS, 2007, p. 43):

O primeiro é fruto da ação organizada dos trabalhadores da região de Promissão, cuja orientação foi mediada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, quando 44 famílias iniciaram no ano de 1986, um acampamento à beira da Fazenda Reunidas, objetivando pressionar o governo para desapropriação da área. No momento seguinte, em 02 de novembro de 1987, após a imissão de posse da Fazenda em nome da União (29 de outubro de 1987), trezentos e 50 famílias advindas da região de Campinas/SP chegaram à Fazenda Reunidas, à beira da BR 153, e formaram outro acampamento, chamado Padre Josimo Moraes de Tavares. Essas famílias estavam desde 1985 sendo organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e por um grupo das Comunidades Eclesiais de Bases – CEBs da região. E o último momento, em julho de 1988, são assentadas, pelo Governo Federal, as famílias selecionadas pela comissão de seleção, que foram organizadas nas cidades da região.

O assentamento se encontra relativamente próximo a alguns centros urbanos do interior como São José do Rio Preto, Lins, Marília, Bauru e Araçatuba, e está dividida em sete setores, ou agrovilas maiores, mais cinco agrovilas menores. A maior parte dos nomes das agrovilas remete à procedência dos assentados: Agrovila São Pedro, Agrovila de Penápolis, Agrovila de Birigui, Agrovila de José Bonifácio, Agrovila de Campinas, Agrovila Central e Agrovila dos 44; e as cinco pequenas agrovilas, denominadas: Agrovila do Cintra, Agrovila de Santa Luzia, Agrovila de São Bento, Promissãozinha e Agrovila dos 12 (Prefeitura de Promissão).

No trabalho “Vozes da Terra: História de vida dos assentamentos rurais de São Paulo” (IOKOI et al, 2005), os autores trazem que 85% das famílias selecionadas já se ocupavam com atividade agrícola anteriormente ao assentamento. Vale o destaque aos trabalhadores tidos como assalariados, pertencentes majoritariamente ao grupo de Campinas, que vieram de empregos ligados à metalúrgica e à construção civil (PACCOLA, 1995, apud SANTOS, 2007).

De início, foi preciso organização coletiva na intenção de reivindicar financiamento agrícola, lote definitivo, posto de saúde, escola, e transporte. Porém, quando as demandas foram atendidas, a maior parte dos assentados passou a organizar a produção de maneira individual, ou seja, a administração do processo produtivo passa a ser realizada individualmente, ou no máximo, no núcleo familiar (SANTOS, 2007). Ainda segundo Santos (2007), isto tem se repercutido até os dias atuais ao verificar a resistência de muitos assentados em organizar a produção em formato de cooperativa ou associativa. Em meados de 1992, houve uma experiência da organização da produção pelo MST, denominado Laboratório Organizacional de Campo – LOC, na agrovila Campinas e que resultou em algumas cooperativas² e associações, as quais já estão desativadas em sua maioria.

Em relação à produção, constatam-se pelos dados da primeira safra registrada de 1992/93 os tipos de cultura: milho, algodão, arroz, feijão, pecuária leiteira, entre outros. No período entre 2000 – 2004, por conta da dificuldade de acesso a créditos estatais, muito assentados decidiram modificar a produção destacando-se neste caso a pecuária leiteira e a horticultura, principalmente a plasticultura ou produção em estufa e,

[...] segundo estimativa a partir de dados da safra 2002/2003 levantados pelo Itesp, mostram que o assentamento forneceu ao mercado consumidor: 6 milhões de litros de leite/ ano, 3.500 sacas de milho, 2.500 sacas de feijão, 1.500 toneladas de mandioca, além de algodão, café, arroz e mais de 70 mil caixas de tomate, pimentão, quiabo, berinjela e outras olerícolas (SANTOS, 2007, p. 56).

Ainda segundo Santos (2007), a pecuária leiteira continua sendo uma das atividades produtivas predominantes, sendo esta, para alguns, a única atividade econômica nos lotes³.

Alguns dados atualizados em dezembro de 2017, estando contidos num documento fornecido pelo INCRA (Superintendência Regional São Paulo – SR 08 – Assentamentos – Informações Gerais, 2017), há 618 famílias assentadas no Reunidas. E, até 2005 os dados apresentavam um total de 35 famílias na agrovila Campinas, especificamente (IOKOI et al, 2005). No caso, é nesta agrovila que residem os sujeitos desta pesquisa (Figura 1A e 1B).

² Um exemplo de cooperativa citada durante as entrevistas desta pesquisa é a Cooperativa de Produção Agrícola Pe. Josimo Tavares – COOPAJOTA, de caráter totalmente coletivo, e que atualmente está inativa. Segundo Santos (2007, p. 50), “ a divisão do trabalho era através dos setores de produção e prestação de serviços: agricultura, horta/fruticultura, pecuária, suinocultura, refeitório comunitário, ciranda infantil e administração; a remuneração dos sócios era através da distribuição de sobras por horas trabalhadas.”

³ A pecuária leiteira como principal atividade produtiva dos lotes do Assentamento foi confirmada nas entrevistas desta pesquisa, como será possível verificar ao longo do trabalho.

Figura 1: Agrovila Campinas, Assentamento Reunidas, município de Promissão – SP. A) Entrada da agrovila. B) Salão ao lado da cozinha em que os pães são produzidos. Local em que as entrevistas foram feitas.



Fonte: Danielle Volpian Marques.

O fato desta pesquisa ter como espaço de investigação um assentamento, e ter como sujeitos mulheres assentadas, se torna necessário o entendimento do panorama vivenciado pelo sujeito assentado. Primeiramente, a designação do assentado enquanto camponês ou agricultor familiar se encontra num debate consistente entre autores. A discussão do conceito “camponês”, não como aquele “que tem” ou “que é”, mas sim enquanto um “modo de vida” (SHANIN, 2008 apud CARVALHO, 2017), está alicerçada na economia familiar (CARVALHO, 2017). Já a agricultura familiar constitui parte do plano de reforma agrária defendida pelo MST. É importante trazer que o termo “agricultor familiar” é tratado por diferentes perspectivas por diferentes autores. Não é objetivo desta pesquisa se alongar a este debate, mas aqui consideramos o conceito de “agricultor familiar” e “camponês” enquanto sinônimos. Ou seja, a agricultura familiar está associada à história de lutas e desafios do campesinato, e aqui também defendemos a relação, dentro de uma análise crítica e não evolucionista, do camponês ao agricultor familiar (FERNANDES, 2002; WANDERLEY, 2004).

As famílias assentadas pela reforma agrária são comumente cadastradas em programas contemplados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tido como principal apoiador da agricultura familiar, e que dispõe de políticas públicas como o crédito rural, os programas de compras instrucionais, como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (PNAE), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa Garantia Safra e o Seguro da Agricultura Familiar. (MDA, 2019).

É comum que as famílias assentadas procurem se beneficiar pelas políticas públicas da agricultura familiar, e não é diferente em Reunidas. Segundo dados de 2015 do INCRA, no assentamento Reunidas de Promissão são 419 cadastros que se beneficiam com o PAA, dentre as 618 famílias assentadas (Superintendência Regional São Paulo - SR 08 - Assentamentos - Informações Gerais, 2015). Um número bastante expressivo inferindo a grande importância desses programas para essas famílias, e que neste ano de 2019 deve acusar um número menor de cadastros visto estar em trâmite a extinção, pelo atual governo federal, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, órgão fundamental para a criação e manutenção de políticas públicas de segurança alimentar e de combate à fome como o PAA e o PNAE, citados acima.

Como já mencionado, o trabalho na agricultura familiar provém dos membros da família. Algo importante de ser colocado em evidência é que a mulher rural tem papel fundamental do desenvolvimento das atividades agrícolas (SALES, 2007). Durante as entrevistas foi possível observar que mulheres, de maneira geral, dentro do assentamento, tem

participação significativa na produção do lote, tanto no plantio como na colheita. O que acontece é que o reconhecimento da participação dessas mulheres não acontece nas dinâmicas sociais, principalmente, no interior desses lares.

Na sociedade, de maneira geral, se observa que o trabalho reprodutivo pior do que ser algo desvalorizado, não é meramente considerado trabalho. Naturaliza-se este tipo de atividade à mulher, sendo facilmente ignorado o caráter exploratório deste fator social. Sobre isso, Keargoat (2009) traz minuciosamente a discussão da divisão sexual do trabalho e relações sociais do sexo:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho (KEARGOT, 2009, p.67).

A divisão sexual do trabalho é historicamente compreendida como sendo delegado aos homens o trabalho produtivo e às mulheres o trabalho reprodutivo. A organização dessa divisão acontece pelo princípio da separação (que separa trabalhos de homem daqueles considerados trabalhos de mulher); e pelo princípio da hierarquização (os trabalhos de homem são mais valorizados que os trabalhos de mulher) (KEARGOT, 2009).

Entretanto, este tipo de análise não apresenta caráter determinante. Por este mesmo motivo que já discurremos em não assumir que a divisão de trabalho entre homens e mulheres no meio rural se equivale ao trabalho produtivo e reprodutivo respectivamente. Segundo Keargoat (2009):

[...] problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar ao mesmo tempo seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão (KEARGOT, 2009, p.68).

O que pode ser averiguado é que há uma divisão sexual do trabalho dentro do assentamento, ou seja, as mulheres ainda são incumbidas de fazer as tarefas domésticas e de cuidar dos filhos. E o marido ainda se faz responsável pelo trabalho produtivo no lote, bem como pela administração do que é produzido, da comercialização e do retorno financeiro adquirido. Mas este cenário descrito não é suficiente para representar a realidade na divisão de tarefas nas dinâmicas culturais e materiais dentro do assentamento.

O trabalho reprodutivo, exercido majoritariamente por essas mulheres, continua no campo da invisibilidade. Mesmo com toda a práxis do movimento que vem aumentando o debate sobre as relações de gênero, às mulheres, o cuidado da prole e a manutenção da casa e da reprodução do próprio trabalho, ainda são delegados de forma compulsória. Sobre o conceito “trabalho doméstico”, que neste trabalho é utilizado como sinônimo de “trabalho reprodutivo”, Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 257) escreve: “Definimos o trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres”.

Nos assentamentos é comum que, após a conquista da terra, as mulheres, que participam ativamente na luta pelo acesso às terras nos acampamentos, vivenciem um regresso à condição de cuidar das atividades domésticas, um retorno às relações hierárquicas entre os sexos (PINASSI, 2010), nas quais a mulher tem posição desfavorável. Entretanto, essas mulheres presentes e atuantes dentro de um movimento social, como o MST, vêm reagindo a este cenário.

A realidade das mulheres rurais frente às relações sociais que desvalorizam e invisibilizam o seu trabalho tanto reprodutivo como produtivo é marcada por um histórico de organizações e lutas que trazem a pauta de gênero para o campo. Desde as primeiras organizações de mulheres rurais em meados dos anos 1980⁴, a pauta por direitos como licença-maternidade e aposentadoria esteve presente (DEERE, 2004). Tal reivindicação se atrela à busca pelo reconhecimento dessas mulheres enquanto trabalhadoras rurais detentoras de direitos trabalhistas.

A práxis no contexto de formação, posicionamento e ação política está presente no contexto dessas mulheres. No início dos anos de 1980 as mulheres rurais se organizavam, de maneira crescente, dentro dos sindicatos, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e de suas organizações autônomas com reivindicações como sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política (DERRE, 2004; SALES, 2007).

Em 1986, por exemplo, aconteceu em Brasília o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais. Nos anos posteriores o debate se ampliava e as pautas sobre a violência contra mulheres, a mortalidade materna e os direitos constitucionais estavam presentes

⁴ “[...] dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, na década de 1980, o movimento de mulheres rurais desenvolveu duas reivindicações centrais: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença- maternidade paga e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais. Essas reivindicações refletiram o crescimento da participação de mulheres rurais na força de trabalho agrícola e a discriminação que as mulheres enfrentaram, tanto como trabalhadoras assalariadas como dentro dos sindicatos rurais” (DEERE, 2004, p. 180).

(SALES, 2007). No início dos anos 1990, especificamente nos documentos do MST, havia o debate da necessidade de considerar as questões específicas das mulheres, garantindo sua participação nas reivindicações do movimento e na produção agrícola (GONÇALVES, 2009).

A problemática em considerar o trabalho da mulher no lote como ajuda ao homem adulto, e este sim, considerado como trabalhador rural e responsável pela produção agrícola, se faz presente nas discussões sobre os desafios enfrentados pelas mulheres rurais de maneira geral. A situação da mulher na agricultura familiar ainda é de desvantagem visto que sua participação na produção é desvalorizada e a decisão de comercialização é quase sempre centrada no homem (SALES, 2007).

No MST, em 1997, os estudos de gênero passaram a ocorrer nos cursos de formação política. E através da luta das mulheres do movimento foi criado em 2000 o Setor de Gênero que visa à organização dos Coletivos de Gênero e mobilizar politicamente as mulheres nos acampamentos e assentamentos (GONÇALVES, 2009). Assim, como traz Gonçalves (2009), é notável a combinação de luta entre gênero e classe. Identifica-se tal perspectiva pelos debates suscitados, formações, jornais, cartilhas e encontros do MST.

No próprio movimento há uma conscientização de que as problemáticas observadas, principalmente com a regularização da situação do assentamento após o acampamento, são questões políticas que devem ser analisadas pelo viés de classe e gênero, a fim de que as mulheres tenham participação efetiva no “projeto de uma sociedade democrática e popular” (MST, 1995, p. 12 apud GONÇALVES, 2009). Em 1998, um pouco antes da criação do Setor de Gênero, é assumida de maneira declarada a preocupação e a necessidade da discussão de gênero dentro do movimento. Na cartilha “Compreender e construir novas relações de gênero” (MST, 1998) se escreveu sobre o papel da mulher:

[...] é o mesmo papel político desempenhado pelos homens, porém do jeito da mulher, ou seja é o papel de atriz política, com sua característica de gênero feminino e de classe trabalhadora e que, por assim ser, é muito mais que estratégia para a resistência nas ações, e muito mais que esposa e mãe somente (MST, 1998, p. 49).

A expressão “jeito de mulher” citada acima foi paulatinamente sendo substituída, dentro do movimento, pelo conceito de gênero enquanto algo construído social e culturalmente, vinculado à questão fundamental da classe. Ainda pelo Coletivo foi escrito: “A maneira de viver na sociedade como mulheres ou como homem é apreendida pelos costumes, pela cultura. Gênero é cultural. Portanto pode e deve ser mudado!” (MST, 2000, p. 15 apud GONÇALVES, 2009).

Na discussão sobre a problemática da mulher e na conceituação de sexo na sociedade de classes, não como fator biológico determinante, mas como “a inunção de fatores de ordem natural e de ordem social” (SAFFIOTI,1979, p.50), Saffioti elucida a questão do sexo no modo capitalista de produção:

[...] Lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que é o sexo, fator que há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais (SAFFIOTI, 1979, p.35).

A discussão sobre o conceito de gênero é ampla, a qual, infelizmente e por muitas vezes, não ultrapassa os espaços acadêmicos (GONÇALVES, 2009). Em contrapartida, as mulheres do MST vêm procurando reestabelecer o conceito de gênero com as bases materiais, para estabelecer relações sociais situadas historicamente (SAFFIOTI, 1994, apud GONÇALVES, 2009).

A luta por uma relação mais igualitária entre homens e mulheres dentro do movimento é protagonizada pelas mulheres e perpassa pelo entendimento de que as relações de hierarquização entre homens e mulheres estão fortemente associadas à lógica do capital, a qual reproduz formas de exploração mais intensas para as mulheres. Portanto, tais relações não são inerentes aos homens, e são, neste caso, passíveis de serem perpetuadas tanto pelos companheiros do movimento como por elas mesmas, mulheres e companheiras de luta.

Após anos de reivindicação dos movimentos de mulheres rurais, em 1988 foi estipulado pela Constituição Federal que as mulheres poderiam ter titulação conjunta ou serem titulares dos lotes independente do estado civil (Artigo 189). A legislação, inicialmente, é desafiada pela realidade quando consideramos o Censo Agropecuário de 1996 que mostrou a porcentagem de apenas 12,6% para lotes com titulação para mulheres, isto porque não havia um instrumento legal que a fizesse obrigatória.

Porém, a partir da Portaria N^o 981/2003 e da Instrução Normativa N^o 38/2007, do INCRA, é que a titulação conjunta passa a ser, obrigatoriamente, do homem e da mulher nos lotes de assentamentos constituídos pelo casal em situação de casamento ou de união estável. E mais, a partir desta instrução, mulheres chefes de família têm direito preferencial à terra. No caso de separações, a mulher fica com a terra desde que tenha a guarda dos filhos; e, aquelas terras tituladas anteriormente a 2007 também devem ter o nome da mulher. A obrigatoriedade da titulação conjunta levou a um salto na porcentagem de mulheres também titulares. A obrigatoriedade na titulação conjunta indubitavelmente representa uma grande conquista das mulheres rurais, mas é, ainda dentro do lote, que o valor do trabalho da mulher é subjugado e

desvalorizado. Há desigualdades específicas de gênero que permeiam o campo, assim como permeia toda a sociedade.

Vários trabalhos mostram que muitas dessas mulheres rurais, estando presentes em ocupações de terra, grupos de produção, coletivos, eventos políticos, apresentam em suas “memórias sociais” um histórico de luta pela terra, que permite um posicionamento reflexivo e crítico de conscientização de classe que reivindica suas demandas específicas (SALES, 2007; PINASSI, 2010; BRUNO et al, 2013).

E isto não foi diferente no grupo das mulheres do grupo Flores do Campo. Estando presentes desde a ocupação nas margens da BR-153, provenientes do grupo V de Sumaré/Campinas, as mulheres do grupo dispõem, nas entrevistas, de falas que comprovam a importância de estarem em um assentamento de reforma agrária, que permite um maior contato com debates de análise social e política da situação da mulher na sociedade. Aqui, a fala de uma delas:

É, dizer assim que, como a nossa luta é de trinta anos, tem trinta anos de assentados, houve tempo, esse tempo atrás, que a gente começou a perceber que nós, as mulheres do grupo aqui de Camp... da agrovila de Campinas, sempre fomos ativas, sempre a gente trabalhou na roça, mas também a gente sempre teve na questão, participando da questão política do assentamento, da nossa agrovila, da comunidade em si. E a gente começou perceber que a gente tinha várias tentativas de organização das mulheres (PEREIRA, 2018).

As situações de desvalorização e as dificuldades enfrentadas por elas são discutidas em encontros formais ou informais. Nos encontros formais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) foram citados. Há alguns relatos de encontros nos quais a situação da mulher é discutida. No próprio salão no qual foram feitas as entrevistas havia cartazes com mensagens “Lutando pela igualdade social”, “Basta de violência contra as mulheres. Delegacia da mulher já!” da COMDIM, Conselho do município de Promissão cuja presidenta é uma das entrevistadas desta pesquisa.

No discurso de algumas delas se consegue observar a interferência da religião nas formações dentro do assentamento, isto com grande influência da CPT, que é histórica desde a origem do MST (SCHWENDLER, 2015). Temos como exemplo a seguinte fala de uma das entrevistadas “Nós somos da CPT, nós somos do MST, sempre fomos” (PEREIRA, 2018).

Em um dos encontros com as entrevistadas, recebemos delas mesmas o “Jornal da Pastoral da Terra – abril a junho de 2018” (ed. 234), organizado pela CPT, no qual de vinte reportagens, três tinham como tema a questão de gênero. Em uma das reportagens se destacava o Encontro Nacional de Mulheres daquele mesmo ano, e neste texto havia a discussão dos conceitos de família, propriedade privada e Estado (CPT, 2018b). Esta mesma

edição trazia sobre o feminismo no Chile, e num outro texto, a mobilização argentina para a votação da Lei do Aborto (Figura 2), sendo este acompanhado por uma imagem com os dizeres “*Sobrevivir a um aborto es privilegio de classe*”. Ao verificar as cinco edições do Jornal Pastoral da Terra de 2018, disponíveis no próprio site da CPT, dois deles (ed. 233 e 236) não apresentaram textos de temática específica de gênero. Na edição 232 o jornal trouxe dois textos sobre a temática: primeiro a divulgação da coletânea de estudos “Mulheres Camponesas: Trabalho Produtivo e Engajamentos Políticos”, organizada por Delma Passanha Neves e Leonilde Servolo Medeiros, e, posteriormente, um texto sobre a 41ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul, com o tema “Mulheres Terra: resistência, cuidado e diversidade” (CPT, 2018a). Na edição 235 temos enquanto capa do jornal a manchete “Coco babaçu: o poder das quebradeiras do Maranhão”, reportagem principal e única desta edição sobre a temática de gênero (CPT, 2018c). E, por fim, a edição 234 que apresentou os três textos destacados anteriormente.

Figura 2: Trecho de reportagem sobre o aborto do Jornal Pastoral da Terra.

Argentinas e argentinos se mobilizam para votação da Lei do Aborto

Milhares de argentinos - contra e a favor da legalização do aborto - se mobilizaram nas ruas e nas praças - para a votação de um projeto de lei, no dia 13 de junho, que dividiu opiniões. A Argentina permitia interromper a gravidez apenas em casos de estupro e de risco para a vida ou a saúde da mãe. Na Argentina ocorrem 500 mil abortos clandestinos por ano - 60 mil acabam dando complicações e terminam em interações. “Os números demonstram que, apesar da proibição, as mulheres continuam abortando. Quem é de classe média e vive na capital pode dar um jeito, sem correr risco de vida”, disse a jornalista e ativista Mariana Carbajal. “Mas, para as pessoas de baixo recursos ou que vivem



de uma lei que permite aos transexuais escolher o nome e gênero que querem colocar no documento de identidade. Mas, por razões pessoais, religiosas e políticas, os presidentes argentinos têm evitado abrir um debate sobre o aborto. Isso mudou em março. Em discurso no Congresso, o presidente Mauricio Macri surpreendeu os argentinos, ao apoiar o início de um debate que, segundo ele, “tinha sido postergado durante os últimos 35 anos”.

No dia 13 de junho, a Câmara dos Deputados iniciou a votação do projeto de lei, que legaliza o aborto até as 14 semanas. Depois disso, a gravidez só poderá ser interrompida em casos de estupro, se representar um risco para a vida e a saúde da mãe, e também

se o feto tiver alguma malformação, “incompatível com a vida extrauterina”. Os médicos terão o direito de se negar a praticar abortos, por questões de consciência, mas nesse caso os centros de saúde precisam providenciar profissionais suficientes que possam realizar a operação e cumprir a lei. Organizações de defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional e as Mães da Praça de Maio, também se somaram à campanha em favor do aborto. Já as organizações pró-vida contam com o apoio do Vaticano. Por 129 votos a 125, o texto foi aprovado, já no dia 14, na Câmara e agora terá que ser submetido ao Senado, considerado mais conservador que a Câmara dos Deputados. (Fonte: Agência Brasil)

no interior, não ter acesso a uma clínica, onde possa abortar legalmente, representa um risco de vida. Ignorar isso é ignorar a realidade”.

A Argentina foi pioneira na legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e na aprovação

Fonte: Jornal Pastoral da Terra, ed. 234, abr./jun. 2018.

É notável a presença da CPT dentro dos assentamentos, e neste caso não é diferente. As assentadas têm presente em suas falas a influência religiosa, que se junta ao debate de gênero e às suas próprias práticas vivenciadas, produzindo aspectos contraditórios. Fica evidente que a religião, dentro desse espaço de luta pela terra, cumpre um papel que entremeia o debate político fundamental contra hegemônico, e, de maneira concomitante, com o processo que visa à transformação nas relações entre homens e mulheres no campo. Porém, também é possível observar alguns dos limites que essa relação com a religião traz.

Quanto à importância da mulher no MST, na luta pela reforma agrária, se pode dizer que foi e é algo imprescindível no fortalecimento deste movimento popular de massas. É notável a figura ativa e engajada que representam essas mulheres durante as entrevistas. Uma das entrevistadas, com 63 anos, ainda se faz ativa e presente em acampamentos na beira de estrada com função de fortalecer a luta dos “companheiros” acampados.

A própria história do MST reverbera a figura ativa das mulheres rurais, como mostrada por uma entrevista feita em 2011 por Schwendler (2015): “A maioria das lideranças que inicia o MST vem deste caldo: do partido, das oposições sindicais, da Pastoral da Terra. Muitas mulheres que entraram para o movimento já vinham das Comunidades de Base com grau de consciência política”. E essa conscientização política está presente como fruto da luta cotidiana dentro de um movimento social que reconhece os interesses do capital, e reconhece seu lugar de engajamento na luta de classes.

Quando os sujeitos entrevistados dizem que a luta delas começou há 30 anos, elas trazem consigo a percepção de que o conhecimento que adquiriram sobre os estereótipos e papéis desempenhados pelas mulheres e homens está intimamente conectado ao processo de formação e de práticas pelo acesso à terra, vivenciado desde o acampamento até o cotidiano atual no assentamento, como elucidada duas mulheres integrantes do grupo:

Então, na verdade é essa história mesmo, nós já fomos um grupo desde quando se iniciou o acampamento, as mulheres muito ativas, atrás de escola, educação, tudo sempre junto. Mas, toda organização tem vários altos e baixos, uma hora tá, né, dependendo também daquilo que a gente tá necessitando no momento. Então nós tivemos muitas lutas (OLIVEIRA, 2018).

Exatamente, mas essa história das mulheres, ela vem dessa formação. Ela vem da formação dessas mulheres dessa época. Porque estávamos todas inseridas, né? Ficou ninguém de fora pra formação. (...) Não é de ficar chorando pelos cantos, sabe? Olha, vamos buscar. Se tá acontecendo isso aqui é porque nós temos que ir atrás, não tinha medo (PEREIRA, 2018).

A práxis da luta social favorece a politização e a organização dessas mulheres rurais que se encontram neste processo que auxilia na problematização das questões de gênero no objetivo de transformar as relações sociais e intervir nas políticas públicas para que o cenário de desvantagens na realidade da mulher seja superado (SHWENDLER, 2015). É a partir deste contexto de luta e conscientização que algumas mulheres da agrovila Campinas decidem se reunir para discutir a situação do isolamento que provinha do trabalho no lote de cada família, e o desânimo que estava presente entre as companheiras.

Algumas delas começaram a notar que muitas estavam desanimadas, com problemas de saúde, como depressão. O trabalho realizado no lote por cada família, que é a principal atividade no assentamento, havia isolado essas mulheres dos espaços de convívio, de

compartilhamentos. Além do isolamento, havia uma falta de reconhecimento do papel da mulher na produção no lote. E uma sobrecarga de afazeres por motivo da naturalização, ainda bastante forte, da mulher como responsável pelo trabalho doméstico.

A desvalorização do trabalho produtivo da mulher na agrovila ultrapassa os limites das relações familiares. Ela aparece até mesmo quando o trabalho tem caráter coletivo:

Quando a gente conversou sobre isso, e a gente as ouviu, o que estava acontecendo, uma dessas coisas era essa falta de elas terem uma atividade, que elas se ocupassem a cabeça com uma atividade em conjunto. Teve um trabalho que foi desenvolvido pelas companheiras e que isso não aparecia porque os homens são muito machistas no assentamento. Era um trabalho de estufas, então as companheiras trabalhavam nas estufas e depois que passou as estufas, que tinha o PAA, que ela não estava mais na estufa. Mas a produção do PAA passava pelas mãos delas (PEREIRA, 2018).

Sobre este contexto, que diferencia as relações nos acampamentos e assentamentos, Schwendler (2015) explica:

Embora se reproduzam na organização do acampamento, os regimes patriarcais de gênero se manifestam mais fortemente na dinâmica do assentamento de reforma agrária, onde a comunidade e as famílias assentadas se organizam para viabilizar a vida no campo, com forte ênfase na produção econômica. O fato do trabalho produtivo ainda ser concebido como território masculino tem impactado negativamente na condição de participação das mulheres nas decisões sobre a organização da unidade produtiva e na sua autonomia econômica (SCHWENDLER, 2015, p. 96).

É preciso assimilar que há diferenças nas tarefas realizadas pelas mulheres e pelos homens no campo, porém, não se simplifica em dizer que há uma divisão sexual de trabalho entre trabalho reprodutivo e produtivo, respectivamente. As mulheres, no campo, realizam os dois tipos de trabalho. Como traz Santana (2006, p.65) em sua pesquisa, “as mulheres estão sempre trabalhando, seja em casa, seja nos lotes”. E assim, nesta pesquisa também não se mostra diferente por meio dos depoimentos das mulheres entrevistadas: “Porque tem homem aqui que só tem onde morar por causa da mulher. A “bicha” trabalha. A maioria dos homens aqui. Tem mulher aqui que não “se troca” com homem na roça” (SANTOS, 2018).

A palavra “ajuda” aparece nos depoimentos quando se referem ao trabalho da mulher no lote, no sentido de significar uma ajuda ao marido, sendo este visto como o responsável pela produção. Mas, simultaneamente, há um reconhecimento por elas, e, entre elas, da importância desta participação no lote, deixando claro que não se trata de uma “ajuda” e sim de algo fundamental para bons resultados na produção de cada lote. A resposta de uma das entrevistadas reforça este reconhecimento: “A agricultura familiar é... Então elas têm que estar (no lote). E aquilo é delas! Delas tanto quanto... talvez umas delas façam mais, sejam mais donas daquele espaço que o próprio companheiro por se dedicarem tanto como se dedicam” (SILVA, 2018).

É importante também destacar que, por mais presentes que essas mulheres estejam na produção do lote, e a obrigatoriedade da titulação conjunta que faz com que os subsídios do governo sejam em nome do casal, o acesso e a administração das finanças ficam, na maior parte das vezes, na mão do marido. A obrigatoriedade da titulação não superou as relações internas no ambiente doméstico. Abaixo um dos depoimentos coletados:

É esse que é o problema! Aí que tá! Eu não entendi até hoje com essas meninas. Porque elas tinham uma cabeça meio aberta e aí você vê que elas só trabalham. Porque na verdade não dominam nada, não veem nenhum dinheiro assim, entendeu? Se tiver que pegar alguma coisa, tem de pedir pro marido. Vive na dependência do marido pra tudo. Então, a reunião mesmo, se nós convidarmos, não vem porque marido não deixa. Porque ela tem a estufa, entendeu? A maioria é assim. Dá dó porque são umas mulheres novas. Tem umas mulheres bem novas aqui e são completamente mandadas pelo marido, e o homem aproveita. Porque tem homem aqui que só tem onde morar por causa da mulher. A “bicha” trabalha. A maioria dos homens aqui. Tem mulher aqui que não se troca com homem na roça. Mas é um dó. Acho uma exploração (SANTOS, 2018).

Além do trabalho produtivo não ser uma exclusividade efetuado pelos homens, o trabalho doméstico, este sim, se apresenta como exclusividade e responsabilidade da mulher no campo. A naturalização da mulher como alguém predestinada a zelar por uma boa manutenção dos membros da família, aos cuidados da casa e dos filhos é uma constatação comum aos trabalhos que investigam as relações de gênero no campo. Sendo visto como algo intrínseco a mulher, o trabalho doméstico é constantemente invisibilizado.

O contexto rural não descaracteriza a análise que vem sendo feita sobre o acúmulo do trabalho reprodutivo e produtivo às mulheres:

Se, historicamente, instituiu-se na sociedade capitalista a divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres as tarefas domésticas e aos homens as atividades produtivas, na prática, sempre houve mulheres que estiveram tanto na esfera da produção como na esfera da reprodução, enquanto os homens se mantiveram, até hoje, pelo menos enquanto maioria, apenas na esfera da produção (ÁVILA e FERREIRA, 2014, p. 19).

Desde o início dos anos 1970, a discussão sobre a divisão sexual do trabalho vem sendo apresentada em diversas investigações do assunto. E, que, desde então, o trabalho doméstico recebe o olhar que o configura enquanto atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional (HIRATA, 2005). E que, neste trabalho, serve de corpo para que se atente à realidade dessas mulheres incumbidas de executar tais atividades domésticas para outrem de maneira gratuita e invisível, em nome da natureza e do dever e amor materno (HIRATA, 2005).

O aparecimento dos resultados que corroboram com o fato de que a mulher ainda é responsabilizada pelo trabalho doméstico e desvalorizada quanto ao trabalho produtivo que

exerce, está inserido e se relaciona ao modo de produção vigente. Sobre a condição da mulher no capitalismo, Saffioti apresenta:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das forças produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 1979, p. 35).

A ocupação com os afazeres domésticos, concomitante à produção no lote, sobrecarrega essas mulheres e se torna um desafio, muitas vezes enfrentado e superado, para a participação política dessas mulheres (SCHWENDLER, 2015). Sobre a superação deste panorama, temos o depoimento de uma das entrevistadas, de 63 anos, que cuida da casa, trabalha no lote e se desloca fazendo visitas em alguns acampamentos para fortalecer a luta dos “companheiros”.

Ainda assim, o cotidiano de afazeres domésticos e, principalmente, o isolamento do trabalho no lote e a subordinação ao marido em relação ao retorno financeiro do que foi produzido constaram como motivo de desânimo e adoecimento de algumas mulheres, neste caso, da agrovila Campinas. Segundo os sujeitos entrevistados, era notável o desânimo das mulheres que sempre estiveram juntas e ativas durante toda a história do assentamento.

O isolamento entre elas está intimamente relacionado com o fato de estarem ocupadas com os afazeres domésticos, e, especialmente com o trabalho desenvolvido em seus respectivos lotes. Como dito anteriormente, no cenário de assentadas, as famílias começam a dispender esforços com foco na produção econômica visando à sua sobrevivência (SCHWENDLER, 2015). Isto faz com que os momentos e espaços para convívio e compartilhamento de ideias e experiências diminuam, refletindo assim numa situação em que as mulheres permaneçam no ambiente doméstico e na produção do lote quase todo o tempo. E, além disso, não são reconhecidas, participando de maneira desvantajosa dessa dinâmica.

Algumas mulheres, observando este cenário de individualismo e desânimo, e interpretando ser o isolamento o problema central do adoecimento das “companheiras” decidiram, no início do ano de 2011, organizar encontros quinzenais para as mulheres da agrovila Campinas. Os encontros ocorriam para que elas pudessem compartilhar experiências do cotidiano, contar suas respectivas trajetórias e fazer exercícios físicos.

E foi assim que a gente fez, reunimos as mulheres, né, foi lá no barracão da comunidade, depois a gente veio pra esse salão aqui, que nós temos aqui hoje, e aqui então a gente fazia os exercícios. E era muito gostoso, cada uma contava um pouco

da sua vida, das coisas que estavam acontecendo em casa com os maridos, enfim [...] (PEREIRA, 2018).

Havia aproximadamente 25 mulheres que participavam dos encontros quinzenais, e que passaram a ser semanais. Em comemoração ao dia da mulher, este mesmo grupo se reuniu, e, neste dia, elas propuseram que se apresentassem com nomes de flores. Cada mulher se apresentou com o nome de uma flor diferente, e dançaram o que elas chamaram de “biodança”. Essas mulheres sentiam a necessidade de nomear o grupo, e neste encontro, ficou decidido que o grupo, então, teria o nome “Flores do Campo”, decorrente da dinâmica que haviam feito.

Agora, com nome, o grupo continuou se reunindo, porém, a necessidade agora era de alguma “coisa maior”. A necessidade era a de produzirem algo juntas. Segundo elas, inicialmente o foco principal era a manutenção daquele grupo, da convivência, e não o fator econômico. Decidiram então, produzir pães. E, a partir deste momento o grupo seguiu com dez mulheres. Foram essas dez mulheres que decidiram permanecer no grupo, agora, com o objetivo de fazer pães. Assim, surge a trajetória de panificação dentro do grupo Flores do Campo.

Na próxima seção será feita uma análise esmiuçada sobre a relevância do caráter econômico para o grupo, porém, cabe ressaltar que existe sim uma relação com a iniciativa de produzirem algo coletivamente, e entre mulheres, quando a realidade as colocava num cotidiano de intenso trabalho, produtivo e reprodutivo, estando elas limitadas ao lote da família, sendo tampouco valorizadas. Veremos que o grupo assume, posteriormente, a motivação econômica de complementação de renda, para além da motivação de caráter de sociabilidade, algo comum entre grupos de mulheres que se organizam em grupos produtivos (BRUNO et al, 2013, p. 225).

2 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Este capítulo se concentra em analisar a organização e o funcionamento do grupo, como a dinâmica de produção e de venda, a matéria-prima utilizada, e as dificuldades na manutenção do grupo e na permanência das integrantes. Discute-se também sobre a profissionalização das mulheres e a política pública de qualificação profissional voltada às mulheres em situação de vulnerabilidade. Adentramos no campo da educação profissional, tanto no destaque de sua importância e perspectivas, como na identificação de problemas quanto a sua aplicação e seu objetivo em inserir as egressas no mercado de trabalho.

2.1 A organização do grupo Flores do Campo

Após a decisão de tornar o Flores do Campo num grupo produtivo de pães, a produção se deu, inicialmente, por dez mulheres que se revezavam em dois dias da semana. A matéria-prima inicial se deu por uma arrecadação coletiva das mulheres do grupo: “Ah, uma trouxe trigo, outra trouxe óleo, outra trouxe um leite [...]” (PEREIRA, 2018). Alguns pães eram feitos para a própria família de cada uma delas, e a venda contemplava encomendas feitas pelas famílias da própria agrovila Campinas, majoritariamente.

Ainda que o trabalho agrícola permaneça como fator identitário no contexto em que essas mulheres estão inseridas, a escolha pela produção dos pães enquanto atividade coletiva do grupo pode se remeter a dois fatores. Um deles provém da necessidade de certa “fuga” da alienação na produção do lote que as colocam numa posição de subvalorização e descaracterização do trabalho produtivo desempenhado por elas. E, o segundo fator é o de considerar que os pães trazem o cenário da alimentação como tarefa delegada às mulheres nos lares. O cuidado e preparo das refeições é um dos afazeres que se enquadra em termos de trabalho doméstico. Constatamos a contradição desses dois fatores que, simultaneamente ao procurar uma alternativa à realidade de subvalorização do trabalho produtivo no lote, as mulheres se propõem uma atividade produtiva, sendo neste caso a fabricação dos pães, baseada na tarefa doméstica compulsoriamente destinada a elas de cuidar da alimentação da família.

Para uma melhor análise da condição da mulher assentada, precisamos nos atentar no trabalho produtivo que é desempenhado pelos sujeitos assentados, de maneira geral. Assuma-se que o assentado se encontra numa dinâmica de sujeição da renda da terra ao capital (THOMAZ JR., 2006). E que, frente a uma análise mais específica sobre este tipo de exploração, a mulher assentada está situada em posição diferenciada e desvantajosa em relação ao homem assentado. Neste trabalho se acrescenta a discussão de gênero que

evidencia a exploração multiplicada vivida pelas mulheres trabalhadoras rurais, que além de serem alienadas de sua força de trabalho produtivo pelo mercado, também o é nas relações sociais dentro dos lares. Ou seja, não têm acesso direto ao montante financeiro da família, muitas vezes, ficando subordinadas a decisões dos esposos.

As mulheres entrevistadas descrevem que o maior benefício deste primeiro momento do grupo em produção era a possibilidade do convívio semanal, o benefício maior tem caráter de afetividade. O caráter social e afetivo do grupo não é dissociável da possibilidade que o trabalho coletivo traz de maior compartilhamento de experiências, de fortalecimento na análise coletiva das relações sociais entre mulheres e homens dentro e fora do ambiente doméstico, e de representar uma conquista por certa liberdade e autonomia.

O grupo Flores do Campo, formado por mulheres assentadas da agrovila Campinas, ressoa em sua própria organização o contexto dos sujeitos num movimento social, o MST. Schwendler (2015) destaca dois processos da mulher rural na dinâmica de luta social: a participação na luta pela terra, e a organização no movimento autônomo de mulheres. Neste caso, o segundo processo, que se configura no grupo Flores do Campo, em análise, muito se deve à participação efetiva dessas mulheres nas reivindicações pelo acesso a terra no movimento.

A necessidade em resgatar o convívio social na produção dos pães é relacionada a uma trajetória de luta em que as mulheres sempre estiveram juntas e engajadas. Durante as entrevistas, foi pronunciada a recordação de que foram elas, as mulheres, que se empenharam para garantir acesso à educação e saúde para as famílias assentadas. A organização coletiva visando à luta social se perpetua por meio da educação não-formal presente nesses espaços (GOHN, 2014).

Tendo educação não-formal como “[...] um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade” (GOHN, 2014, p. 40), deduzimos que é exatamente isto que ocorre nos movimentos coletivos e sociais. Podemos associar este conceito com o fato de que os espaços de educação não-formal acontecem de maneira mais urgente na fase de acampamento, e que há um certo enfraquecimento das relações sociais, e, conseqüentemente, dos espaços de formação e discussão quando os sujeitos da luta estão assentados.

Os encontros, que ocorriam semanalmente no grupo, não tinham a pretensão de serem espaços de educação não-formal, mas não se isolam de um cenário em que as famílias adquirem uma rotina na produção do lote que as segregam e colocam as mulheres numa

condição de desvantagem e subordinação, para além da situação de alienação do trabalho produtivo e de submissão ao mercado que também é experienciado pelos homens. Os encontros, mais que a produção dos pães, é também uma tentativa de resgate do convívio que fortalece a noção de coletividade. Bruno et al (2013) descreve bem a contribuição da organização de mulheres no movimento:

A organização das mulheres nesses grupos em muito contribui para que elas reflitam a respeito de sua própria condição e se descubram plenamente capazes de assumir uma atividade produtiva. Isso fornece, em grande medida, elementos simbólicos para que passem a perceber e a questionar as desigualdades de gênero (BRUNO et al, 2013, p. 218).

E, ainda sobre isto, se pode afirmar que o grupo também se configura enquanto espaço de educação informal, quando os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização (GOHN, 2014), e que somente se difere da não-formal pela ausência de intencionalidade dentro de uma formação cidadã (GOHN, 2014). A possibilidade de reflexões e aprendizados acerca de suas próprias vidas e sobre o mundo certamente está presente em grupos de produção como o Flores do Campo.

A venda dos pães, roscas e bolachinhas continuava de maneira informal. O objetivo do grupo passou a ser, então, formalizar e aumentar a venda, e, com isso precisariam de melhores condições para fazer os pães. Decidiram escrever um projeto para o INCRA (ANEXO A), na tentativa de conseguirem equipamentos para uma maior produção na panificação.

A escrita do projeto, elaborado coletivamente pelas integrantes do grupo, contou com a ajuda importante de uma das participantes do grupo, pedagoga, que não estava presente na produção direta dos pães, mas ajudava nas questões burocráticas, como a escrita do projeto e pesquisa de valores dos equipamentos necessários, e, mais tarde seria uma das professoras do curso profissionalizante para o grupo, como retrataremos adiante.

O projeto intitulado “Projeto de Panificação do Grupo de Mulheres Flores do Campo” coloca como objetivo geral “suprir a necessidade de complementação de renda e engajamento em atividade produtiva, e fortalecimento do vínculo social, buscando viabilizar economicamente o sonho da Padaria Flores do Campo”. E é neste sentido que a questão da complementação da renda, o acesso direto ao retorno financeiro é posto como motivação principal do grupo. No objetivo geral e objetivos específicos detalhados por elas, a “complementação de renda” é descrita como objetivo geral, e “estabelecer vínculos, formação através dos cursos oferecidos pelos órgãos públicos (ITESP, INCRA, CTP), e aproveitamento da produção da agricultura familiar no preparo dos alimentos panificados” como alguns dos objetivos específicos.

Importante salientar que o objetivo geral sobre complementação de renda dessas mulheres dialoga com a situação discutida anteriormente sobre a desvalorização da participação da mulher na produção do lote. Em referência à justificativa do projeto, é exposto: “Apesar de muitas vezes as mulheres camponesas terem dupla jornada de trabalho, seu espaço não é considerado produtivo pelas famílias, mesmo que este espaço contribua significativamente para a renda familiar” (ANEXO A). Pode-se deduzir que a falta de reconhecimento do trabalho produtivo desempenhado por elas no lote reflete na falta de acesso direto e participação na administração do retorno financeiro daquilo que foi produzido, sendo um dos motivos da necessidade da complementação de renda. Outro motivo apontado também no projeto foram as “dificuldades em estabelecer projetos geradores de renda, mesmo sendo beneficiados de programas e projetos oriundos de várias fontes financiadoras que ainda não garante a demanda, principalmente na entressafra” (ANEXO A).

Ainda sobre o objetivo de complementação de renda vemos a dificuldade no processo de formalização da comercialização como mostra Bruno et al (2013). Na tentativa de formalizar a venda dos pães, se discutia a necessidade de organização enquanto cooperativa, porém, além de não haver um número suficiente de mulheres, não existia um consenso para sua criação. A incerteza sobre as vendas e a pressão – muitas vezes partindo de seus maridos – por estarem dispendo de tempo na produção dos pães e de menos tempo na produção do lote traduzia em insegurança no passo de sistematizarem uma cooperativa, como demonstrado nos relatos abaixo:

Porque nós tivemos, há muito tempo, uns fracassos enquanto cooperativa e, muitas delas não estavam querendo aderir a isso. Os companheiros não colaboravam nesse processo de incentivar, nem nada. Muito pelo contrário (SILVA, 2018).

Se não tiver uma renda fixa pra cada uma, os companheiros não colaboram. Porque eles dependem delas também, lá no lote. Então, isso foi um agravante (SILVA, 2018).

As cooperativas, no ambiente rural, muitas vezes são vistas como uma alternativa para uma comercialização mais segura e estável dos produtos de cada grupo de produção. Programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos, art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003), e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar, Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013) se configuram como peças-chave na comercialização de grande parte daquilo que é produzido nos assentamentos de reforma agrária. O PAA que tem seus principais objetivos de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, cujo orçamento é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BRASIL, 2019). E o PNAE responsável pelo oferecimento de alimentação escolar e ações de

educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública (MEC, 2019a). No caso do PNAE, que é assistido financeiramente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), fica determinado que 30% do valor repassado pelo programa deve ser investido na compra direta dos produtos de agricultura familiar (Lei nº 11.347, de 16 de junho de 2009). Estende-se a necessidade de destaque que, desde a mudança do governo federal em 2019, a extinção do CONSEA está em trâmite no Congresso, este que se configurava como principal órgão assessor da presidência em termos de apresentar e acompanhar políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, bem como de combate à fome. A função do órgão deve ser alocada ao Ministério da Cidadania, que não tem como prioridade as mesmas questões atendidas pelo CONSEA. Este processo já está gerando consequências negativas para programas como o PAA e PNAE, tão relevantes na manutenção de muitas famílias assentadas.

Neste caso, o assentamento Reunidas usufrui de forma significativa desses programas federais, e, segundo as entrevistadas, a possibilidade de criação de uma cooperativa visava também à contemplação do grupo pelo PNAE⁵, embora a intenção principal seria formalizar as vendas e aumentar a produção. A ideia da cooperativa não foi concretizada, pois nem todas as mulheres do grupo concordaram, como dito anteriormente, por receio quanto ao andamento da cooperativa, e pressão por estarem se dedicando e apostando em uma atividade fora do trabalho no lote com a família.

Ainda sobre o projeto escrito pelo grupo, se tinha como um dos objetivos específicos o estabelecimento “vínculos de amizade entre as participantes” (ANEXO A). Esta é uma característica comum em demais organizações coletivas de mulheres rurais (BRUNO et al, 2013). O espaço de convivência nos grupos produtivos de mulheres é visto e experienciado como uma oportunidade de união, compartilhamentos, e enfrentamento das adversidades vividas por elas. Estando além da questão financeira, o estabelecimento de vínculo é importante para as participantes do grupo, pois diminui o isolamento que o trabalho no lote traz, permitindo maior socialização, o que proporciona maior chance de identificarem os problemas vividos a fim de superá-los muitas vezes, e, essencialmente permite que descubram a capacidade de assumir a produção de algo. A vantagem de caráter social do grupo foi mencionada durante as entrevistas como algo marcante:

⁵ Cabe ressaltar que a escrita do projeto ocorre anteriormente ao ano de 2019, num contexto de maior visibilidade dos programas como PAA e PNAE.

Benefícios... acho que só pessoais mesmo. Mais de caráter afetivo, digamos. Porque o encontro de duas vezes na semana possibilitava a gente estar conversando, rindo. Economicamente não, porque o que a gente conseguia vender era pra conseguir a matéria-prima novamente pra poder estar... Mas esse benefício mais interpessoal, eu acho que era o mais bonito no grupo (SILVA, 2018).

É, eu gosto de participar em grupo. Eu gosto de viver em conjunto. Eu não gosto de viver isolada. Porque o que eu vejo aqui com as mulheres que vivem nos lotes... são muito isoladas. Isolamento, pra mim, isso daí não existe não. Não gosto. (Você acha que as mulheres são isoladas aqui?) Demais, demais. [...] Todas só ficam na função do marido. Se o marido deixar, se o lote não tiver isso, não tiver aquilo, não tem tempo pra ir, pra nada (SANTOS, 2018).

Entretanto, como veremos ao longo deste trabalho, especificamente no Capítulo III, as integrantes verem o caráter social como o mais relevante na dinâmica do grupo provavelmente se configure como um entrave ao bom andamento do grupo, inferindo, em termos de hierarquização de fatores importantes para o funcionamento do Flores do Campo, o caráter econômico como um fator essencial.

Assim como descrito acima, “aproveitar a produção da agricultura familiar no preparo dos alimentos panificados” (ANEXO A) foi elencado como um dos objetivos específicos da produção dos pães. Esta é uma questão que merece atenção, pois, por mais que tenha sido apresentada como um dos propósitos do grupo, a verificação da matéria-prima utilizada nos alimentos panificados confere uma mínima parte a ingredientes provenientes da agricultura familiar do assentamento. Grande parte dos ingredientes é adquirida em mercados convencionais, como a farinha de trigo e o fermento. O leite, resultado da atividade leiteira, recorrente dentro dos lotes do assentamento Reunidas, não é utilizado nas receitas de pães e rosas. Ou melhor, o escoamento do que é produzido pela agricultura familiar não tem significativa importância na organização e desenvolvimento do grupo. Com isto não queremos inferir certo descaso das participantes do grupo pela produção dos lotes, mas sim demonstrar que há outros motivos mais relevantes que suscitaram a necessidade da organização deste grupo produtivo de mulheres, como a presença da socialização e o reconhecimento e retorno financeiro a partir da produção de algo.

A dimensão sobre os ingredientes utilizados não cessa na discussão acima. Mesmo não correspondendo à grande parte da matéria-prima da produção dos pães, alimentos como mandioca, abóbora e ervas provém do que é plantado tanto no quintal das casas, como no terreno do próprio lote. Assim como apresentaram na escrita do projeto, a escolha desses ingredientes traz o desejo de produzirem alimentos com alto valor nutritivo. Nas falas de duas entrevistadas é notória a preocupação em não oferecerem pães comuns, e sim pães com mais nutrientes, trazendo a ideia de cuidado com a alimentação e saúde de maneira geral. Isto vem sendo observado em outras pesquisas, como investiga Luz (2014) sobre a participação das

mulheres nos movimentos agroecológicos trazendo a relação disto com os afazeres domésticos e com a questão da alimentação saudável enquanto preocupação por parte dessas mulheres.

A fala de uma das entrevistadas demonstra a constatação acima:

E que nós fazemos com carinho mesmo, com amor, com preocupação que as pessoas vão comer. Por exemplo, ah, nós vamos fazer pão de ervas. Eu vou lá embaixo colher minhas ervas, aí eu conto quanto é a hortelã, quanto é a menta, dá mais de sete ervas. O alecrim... e depois o prazer de chegar aqui. Eu não bato no liquidificador. Se você bate, você tira, né?! Eu corto tudo na faca, miudinho, miudinho, miudinho. Até ele quase virar aquela farinha que usa depois na hora de bater. Então, isso é muito bom. Saber que as pessoas estão comendo pão que não é só massa, mas que vai dentro dele algo que vai ajudar na saúde, que vai ajudar de verdade. (PEREIRA, 2018).

Quanto ao projeto propriamente dito, após ser enviado ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), contendo o pedido de todos os equipamentos necessários para a atividade de panificação, foi aceito. Segundo os relatos, tão logo chegaram os equipamentos que prontamente foram postos em um dos espaços do refeitório comunitário que fora de uma cooperativa da agrovila Campinas, atualmente inativa, a COOAJOTA. Dentre os equipamentos recebidos estavam: batedeira, fogão convencional, fogão industrial, *freezer*, liquidificadores, mesa de inox, câmara de fermentação para pães etc.

Apesar de toda euforia descrita pelas mulheres do grupo, conseguiram perceber a necessidade da formação em panificação naquele momento, evidenciado na fala de Pereira (2018) “Por que assim que a gente recebeu todos os equipamentos aqui, tínhamos que ter um curso de formação. Não podíamos ficar... começar a fazer os pães sem passar por um processo de panificação. Tinha que fazer um curso de panificação”. Toda a produção, até então, era feita a partir dos conhecimentos que haviam adquirido nas situações cotidianas de afazeres domésticos. Agora, era necessário um curso de profissionalização. Naquele momento algumas mulheres já haviam saído do grupo e voltado ao trabalho exclusivo no lote. A expectativa era da volta daquelas que haviam deixado o grupo, isto porque os equipamentos disponíveis e a formação em panificação aumentariam as chances de êxito na produção e comercialização dos pães. Neste ponto, do projeto ter sido aceito juntamente ao recebimento dos equipamentos requeridos por meio do mesmo, devemos refletir que, o fato de algumas mulheres não participarem mais do grupo demonstra que a disponibilidade de equipamentos, instrumentos, e sede própria não representam fatores tão significativos para o funcionamento do Flores do Campo, diferentemente do que mostra Bruno et al (2013), que aponta em sua pesquisa ser a

falta desses fatores uma das principais dificuldades enfrentadas pelos grupos produtivos organizados por mulheres rurais.

Neste momento, como já dito, o grupo de mulheres remanescentes considerou importante um curso profissionalizante de panificação, uma questão que entremeia a qualificação profissional no campo, a qual será discutida no próximo tópico deste trabalho.

2.2 A formação profissional

Mesmo num contexto em que somente 5 mulheres se revezavam duas vezes na semana para produzir os pães, foi identificada a necessidade de uma formação profissional para aprimorarem as técnicas de panificação. Tal formação também foi vista como um possível incentivo para o retorno das demais mulheres que haviam deixado o grupo. O plano em relação à formação profissionalizante na área de panificação foi concretizado pela articulação das mulheres do grupo com o Pe. Severino, uma figura que apresenta ser bastante ativo dentro do assentamento, vinculado à CPT, e com o INCRA, que até então tinha seus dirigentes provenientes do partido ao qual o MST está vinculado, e que naqueles anos assumia o governo federal.

O curso veio através do Programa Mulheres Mil que foi inserido no Norte e Nordeste brasileiro em 2007, e se expandiu para todo o Brasil em 2011 objetivando cumprir as Metas do Milênio, determinadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, dentre elas: erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres (DUARTE e PANIAGO, 2016).

O Programa Mulheres Mil instituído pela Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011, que tem como “objetivo promover a formação profissional e tecnológica articulada com o aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social” (MEC, 2019b). No documento em Diário Oficial da Portaria citada anteriormente, em seu Artigo 2º diz que o Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). O PBSM foi lançado em junho de 2011 coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com participação de mais de 22 ministérios, visando à superação da extrema pobreza no país (MDS, 2015). O Plano se organizou em três eixos:

[...] garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza; acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade (MDS, 2015).

E, para o meio rural,

[...] foram aperfeiçoadas e articuladas as políticas direcionadas à promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. Temas como segurança alimentar, diversificação das fontes de renda e das estruturas de agregação de valor e sustentabilidade ambiental orientaram as ações e programas direcionados aos extremamente pobres do meio rural brasileiro (BRASIL, 2014a, p. 448).

No trabalho “Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo”, organizado pelo MDS e por Janine Mello dos Santos (2015), se destaca que ao contabilizar as ações do BSM no período de 2011 a 2014, exceto o Programa Bolsa Família⁶, mais de 2,5 milhões de famílias de agricultores familiares e 390 mil famílias de assentados da reforma agrária acessaram ao menos um dos programas do plano.

E quando consideramos as famílias de agricultores familiares que receberam alguma ação de Inclusão Produtiva Rural, figuraram entre as políticas mais acessadas o crédito (Agroamigo) e a assistência técnica (ATER), seguidas do Programa Água para Todos. Enquanto no caso de assentados da reforma agrária, as ações mais acessadas foram a assistência técnica (ATER) seguida do Programa Bolsa Verde⁷ (MDS, 2015).

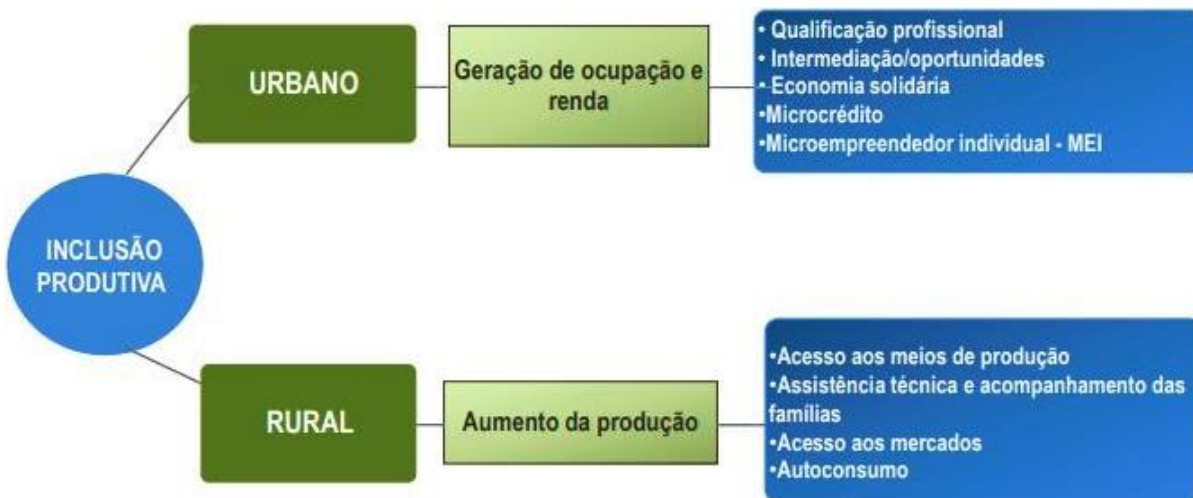
Em alguns documentos sobre o PBSM, o incentivo à educação como uma das formas de melhorar a situação da população rural tem menos visibilidade quando comparado ao que se apresenta do plano implementado no meio urbano, como podemos verificar nas duas imagens a seguir retiradas de documentos publicados pelo MDS:

Nota-se nas Figuras 3 e 4 que, quando o ambiente rural é exposto de forma particular no que tange à inclusão produtiva, a qualificação profissional não é evidenciada da mesma forma que é retratada sobre o meio urbano. Ainda no livro “O Brasil Sem Miséria” (BRASIL, 2014a), a questão da educação dentro do PBSM é discutida em um dos artigos na “Parte II” do livro, com o título “Acesso à educação e combate à desigualdade: o papel da educação no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria”. Neste, o Ministério da Educação (MEC) é descrito enquanto parceiro no enfrentamento dos problemas sociais do país, permitindo com que a inclusão social seja uma “realidade perene” (BRASIL, 2014a). E que, a educação cumpre a função de assegurar a superação definitiva da pobreza, pois gera oportunidades para todos.

⁶ Neste sentido, o seguinte destaque é feito no trabalho citado: “A ampla dispersão do Programa Bolsa Família não nos permitiria ter uma noção mais exata do quanto os demais programas tem chegado às famílias do campo” (MDS, 2015).

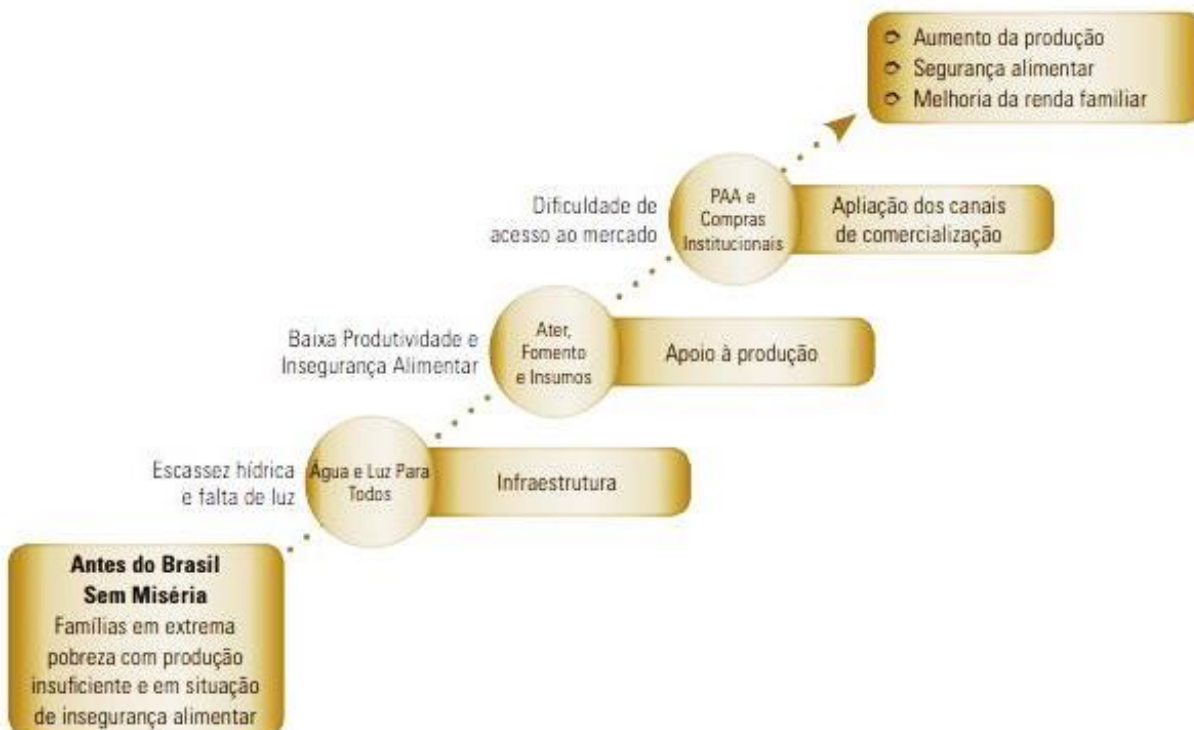
⁷ No trabalho citado, dentro do eixo de Inclusão Produtiva Rural, foram consideradas as seguintes ações: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste – Agroamigo; o Programa Água para Todos; o Programa de Conservação Ambiental - Bolsa Verde; o Programa de Fomento às Atividades Produtivas; o Programa Luz para Todos e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Figura 3: Imagem retirada do documento intitulado “Plano Brasil Sem Miséria” (2013), sendo uma das metas do plano a inclusão produtiva no meio rural e urbano.



Fonte: BRASIL, 2013.

Figura 4: A rota de inclusão produtiva rural no Plano Brasil Sem Miséria, retirada do livro “O Brasil Sem Miséria”.



Fonte: (BRASIL, 2014a, p. 455).

O papel da educação nos três eixos⁸ do plano é exposto da seguinte forma:

No eixo da garantia de renda, a principal iniciativa é o Programa Bolsa Família, cabendo ao MEC o acompanhamento da condicionalidade em educação. Ainda neste item, o acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) conta com o apoio do MEC na realização do controle anual dos beneficiários. No eixo da inclusão produtiva, cabe ao MEC a oferta de cursos de qualificação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Por fim, no eixo de acesso a serviços, temos a Ação Brasil Carinhoso (BRASIL, 2014a, p. 544-545).

Por se aproximar do nosso objeto de estudo, discutiremos com maior ênfase a oferta de cursos de qualificação profissional por meio do Pronatec, no eixo de inclusão produtiva, já destacada anteriormente. O Pronatec, enquanto uma iniciativa do governo federal que iniciou em 2011, visa à ampliação do acesso a cursos de qualificação profissional e a cursos técnicos, objetivando aumentar a produtividade do país, com inclusão social. Os cursos são oferecidos por Institutos Federais, e entidades do Sistema S: Senai, Senac, Senat, e Senar⁹.

Imprescindível evidenciar neste trabalho uma análise mais cuidadosa sobre como essas políticas públicas são apresentadas em tais documentos publicados pelo próprio governo. O termo “inclusão social” é recorrente na tentativa de situar os programas contidos no PBSM. Arroyo (2010), ao discutir políticas educacionais, traz que políticas de inclusão tomam o lugar da relação existente entre educação, políticas públicas, Estado e desigualdades sociais. Sobre a estratégia de inclusão social objetivada pelo Estado:

Esse papel incluyente dos excluídos é mais leve, mais palatável e até mais autoafirmativo do papel do Estado, das suas instituições e políticas do que o dever de reduzir as desigualdades. Um papel até benevolente de abrir as portas, permitir e propiciar o acesso ao lado de dentro daqueles coletivos pensados e mantidos do lado de fora. Um Estado que abre benevolente as portas, as grades que mantêm os excluídos do lado de fora (ARROYO, 2010, p. 1392).

O fato do curso de panificação, cursado pelas mulheres do grupo Flores do Campo, se configurar como uma ação do Programa Mulheres Mil que compõe o Plano Brasil Sem Miséria, no eixo de inclusão produtiva referente ao incentivo à qualificação profissional ofertada por meio do Pronatec, exige a reflexão sobre o ensino profissional no Brasil. Segundo Brandão (2011), já no Decreto 2.208/97, após a sanção da nova LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o ensino profissional no país vem sofrendo

⁸ Eixos: garantia de renda; inclusão produtiva; e acesso a serviços (Brasil, 2014).

⁹ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat); e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

influência das determinações do Banco Mundial referente a essa modalidade de ensino¹⁰. Segundo a LDB, o ensino profissional deverá estar integrado às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo o aluno ao desenvolvimento de habilidades para a vida produtiva.

Brandão (2011) faz uma análise importante quanto à cautela necessária na concepção que a oferta desses cursos básicos, visando atender a população excluída do mercado de trabalho, busca em “naturalizar” o desemprego, ou melhor, responsabilizar o próprio trabalhador por não estar inserido no mercado de trabalho. Porém, “entendemos que o desemprego, que produz um exército de reserva de mão de obra, se constitui em uma das principais características (ou consequências) do modo capitalista de produção da vida material, característica exacerbada pelo chamado neoliberalismo, cujos propagadores no Brasil cunharam, para essa situação, o termo “empregabilidade”” (BRANDÃO, 2011).

Na discussão sobre o ensino profissional, é inegável a sua importância na possibilidade de gerar melhores condições no padrão de vida material nas famílias pobres (BRANDÃO, 2011). Da mesma forma que a oferta desses cursos profissionalizantes deve ser analisada de maneira cuidadosa e crítica, a defesa pelo pleno desenvolvimento desta modalidade de ensino é igualmente necessária. E quanto aos dados, até 2014, já haviam sido feitas 1.473.657 matrículas no Pronatec Brasil sem Miséria (BRASIL, 2014a).

No contexto desta pesquisa, as mulheres que ainda permaneciam no grupo após o recebimento dos equipamentos da padaria enxergavam no curso de panificação oferecido pelo Programa Mulheres Mil a possibilidade daquelas mulheres que já haviam saído da produção dos pães, retornarem, tão logo estivessem graduadas e com o conhecimento técnico necessário para a atividade produtiva do grupo. O curso compõe uma política de acesso à educação profissional e tecnológica, com exclusividade, a mulheres historicamente em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade (BRASIL, 2014b). Há uma aproximação, neste caso, da “temática de qualificação profissional à Rede Socioassistencial” (BRASIL, 2014b), constituindo desta maneira o Pronatec/ BSM Mulheres Mil.

O que inicialmente havia sido um projeto pensado ao grupo Flores do Campo, foi expandido para 300 mulheres dos municípios de Promissão e Reginópolis. Foram 150 mulheres dos assentamentos Reunidas e Dandara, de Promissão, divididas em grupos de 30, sendo um desses grupos o que contemplava as mulheres do Flores do Campo, até mesmo

¹⁰ Isto num processo de descentralização administrativa, privatização do ensino médio e superior, de condensação do ensino profissional, de maior atenção à escola básica e do estabelecimento de instrumentos globais de avaliações (CASTRO; CARNOY, 1997, apud BRANDÃO, 2011).

aquelas que haviam deixado a produção dos pães estavam presentes na formação em panificação. Algumas autoras (ARNAUD e SOUZA, 2012; DUARTE e PANIAGO, 2016; FERREIRA, 2013) trazem a discussão das dificuldades enfrentadas por essas mulheres no que corresponde ao acesso e permanência nos cursos tanto em nível de educação básica como em nível de educação profissional. Tais adversidades se relacionam a questões de ordem socioeconômica e de ordem social de relações de gênero, enfrentando a dificuldade em conciliar o trabalho doméstico e cuidado com a família com os estudos (FERREIRA, 2013).

Segundo dados do Censo Demográfico 2010, a proporção nacional do analfabetismo¹¹ em mulheres é de 9,8%, enquanto que nas mulheres rurais a taxa é de 21,1% contra 7,3% nas mulheres do meio urbano, uma diferença enorme que denuncia o contexto de escolarização da mulher rural (IBGE, 2010a). A taxa de abandono escolar precoce¹² da mulher rural é de 50,6%, contra 28,9% da mulher urbana (IBGE, 2010b). O panorama¹³ da situação educacional das mulheres rurais, de maneira geral, evidencia que a falta de acesso e permanência em relação à educação pode conferir como uma das causas, e até mesmo com uma das consequências, da vulnerabilidade em que essas mulheres se encontram.

O PMM não objetiva resgatar o hiato escolar em que essas mulheres se apresentam, mas propõe uma formação de pequena duração, com carga horária mínima de 160 horas¹⁴, de acordo com as necessidades do mercado de cada região (DUARTE e PANIAGO, 2016). Ainda assim, é previsto pela Cartilha Mulheres Mil (2014, p. 18) que as dificuldades de acompanhar os conteúdos dos cursos devem ser identificadas para que se busquem estratégias didático-pedagógicas de reforço escolar a essas mulheres. Em nenhum momento foi mencionado, durante as entrevistas, especificamente um “reforço escolar”, e sim a presença de disciplinas de cunho fundamental ao entendimento e continuidade do curso, como as disciplinas de português e matemática. E sobre isto, as falas das mulheres que participaram do curso reflete a oportunidade de estudarem para além da formação técnica sobre panificação. Destacam-se a relevância das disciplinas de conteúdo linguístico e matemático, bem como as

¹¹ Percentual das pessoas que declaram não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Aquela que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu, e a que apenas assina o próprio nome são, também, consideradas analfabetas (IBGE, 2010a).

¹² Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio e não estavam frequentando a escola (IBGE, 2010b).

¹³ Cabe ressaltar que, em ambos os destaques sobre dados do IBGE (2010), os homens rurais são os que ocupam a posição mais desvantajosa quanto ao contexto de analfabetismo e escolarização, questão que também merece atenção de análise. Entretanto, nesta pesquisa, o empenho se direciona à análise da mulher rural.

¹⁴ Como veremos detalhadamente mais adiante, a carga horária do curso de panificação referido nesta pesquisa foi de 240 horas.

dificuldades encontradas em virtude da falta de acesso à educação básica das participantes. Como demonstra uma das entrevistadas, no curso

teve tanto teoria de panificação, como teve teoria de... [...] Língua Portuguesa, Matemática. Teve porque o pessoal sofria muito na matemática. Porque, veja só, muitas mulheres que estavam aqui de 40, 50 anos, 60 nunca nem teve a capacidade de chegar na escola. Eu não tinha o terceiro ano completo, não tinha o terceiro colegial, estava estudando na cidade. Eu estava completando o EJA, que eu vinha de casa e tinha que sair meia hora mais cedo pra estudar na cidade, porque eu estava completando o EJA. Era o meu sonho de completar, né?! Então quando ele dava matemática, eu ficava toda assanhada. Porque eu não sei matemática, mas eu amava matemática. A vida é assim. Ama uma coisa que você não sabe? Acho que de tanta vontade que você tem, sabe?! (SANTOS, 2018).

Torna-se pertinente considerar que desde 2013 o programa passou a contar com uma Bolsa-Formação¹⁵ do Pronatec, ou seja, a bolsa abrangia o custeio das despesas das vagas ofertadas. O auxílio de custos diretamente às mulheres foi um estímulo significativo para que um grande número de mulheres participasse do curso, inferindo aqui a relevância econômica na permanência dessas mulheres no curso.

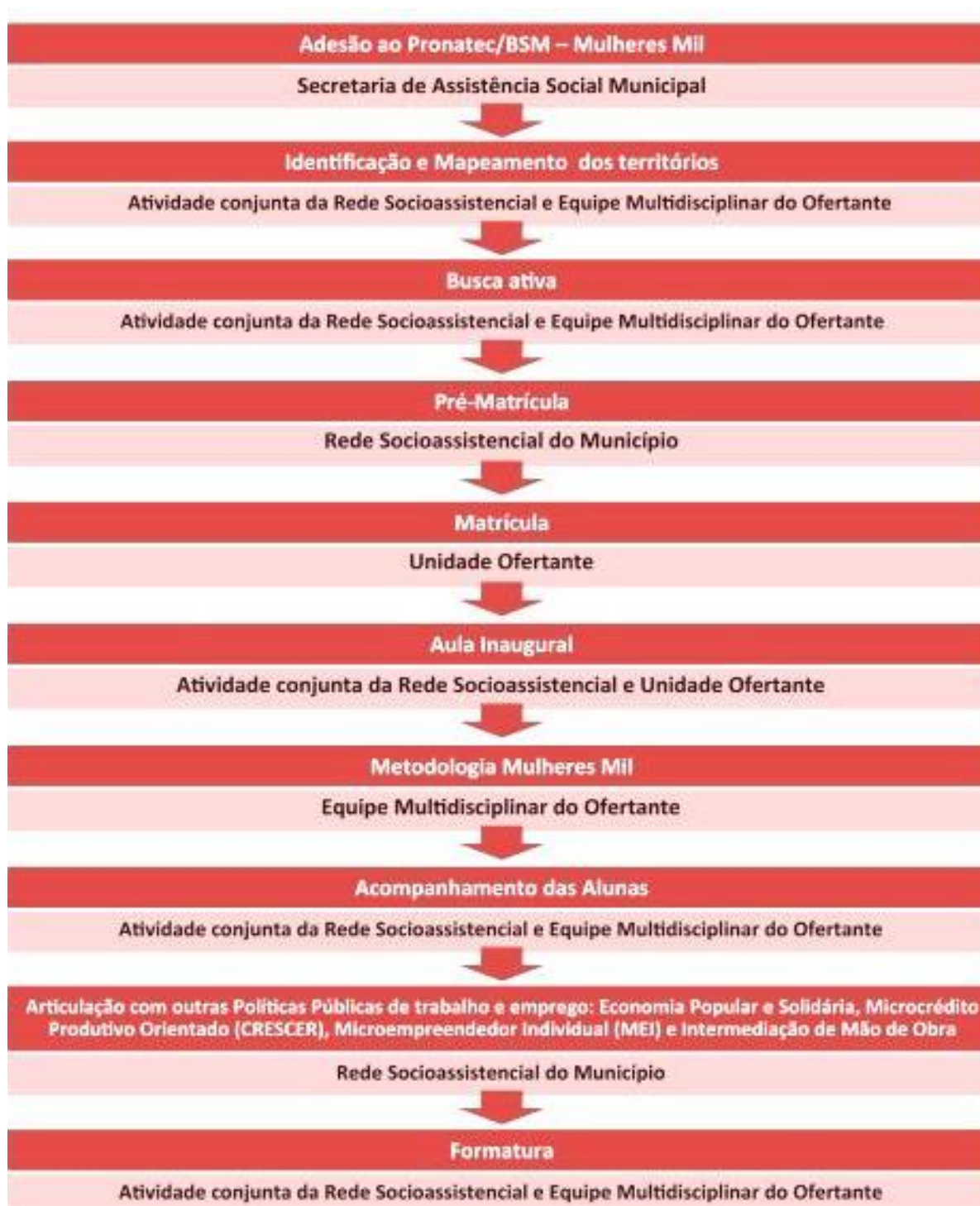
Ainda na Cartilha Mulheres Mil (2014b, p. 10), a metodologia do PMM prevê o reconhecimento de saberes. A qualificação é descrita como uma “complementação de seus saberes e conhecimentos já adquiridos” e que deve estar alinhada às “demandas das realidades dessas mulheres e de seus saberes” (BRASIL, 2014b). A reflexão cabível e necessária, mesmo que de maneira sucinta nesta pesquisa, em relação à metodologia, é sobre o quanto a perspectiva de ensinar considerando em primazia os saberes dessas mulheres e se alinhando a eles pode significar um dos motivos da “inserção profissional de baixa qualidade, que não a retirará da condição de excluída, mas talvez atenderá a meta de acabar com a pobreza “extrema”, como propôs a ONU.” (DUARTE e PANIAGO, 2016).

Às mulheres são ofertados cursos que, em regra, ofertam aperfeiçoamento técnico em áreas que elas já atuam no mercado, de forma a possibilitar uma melhora em seu desempenho, mas não de maneira a fomentar uma melhoria efetiva na vida profissional das cursistas, abrindo lhes novos horizontes de atuação ou formas de especialização mais aprofundadas (DUARTE e PANIAGO, 2016, p. 7).

Sobre o fluxo de atividades na execução do PMM, temos a Figura 5 abaixo retirada da Cartilha Mulheres Mil (2014, p. 12):

¹⁵ A Portaria MEC Nº 168/2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, estabelece em seu artigo 5º, § 3º que “Os Programas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desenvolvidos no âmbito da Rede Federal de EPT e articulados à oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) poderão ser desenvolvidos por intermédio da Bolsa- -Formação Trabalhador, conforme critérios, diretrizes e procedimentos definidos em ato do Secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC)” (BRASIL, 2014).

Figura 5: Passo a passo da execução Pronatec/BSM Mulheres Mil.



Fonte: (BRASIL, 2014b, p. 12).

Sobre o acompanhamento das alunas, estipula-se que é responsabilidade da equipe multidisciplinar da unidade ofertante e dos interlocutores do Pronatec/BSM realizar o

acompanhamento das atividades, bem como avaliações e encaminhamento de soluções (BRASIL, 2014b). As principais dificuldades na permanência dessas mulheres mencionadas na cartilha são: dificuldade em conciliar os cursos com questões familiares; dificuldade de se inserir na cultura institucional dos ofertantes; e dificuldade de acompanhar os conteúdos do curso. Para o processo de acompanhamento e solução dos problemas é citado, além da equipe multidisciplinar e dos interlocutores, um conjunto de políticas públicas de educação e de saúde. E, por último na cartilha, destacam a importância que as equipes e interlocutores têm em apresentar “às beneficiárias suas ações e a forma de acesso às oportunidades de inclusão produtiva” (BRASIL, 2014b).

O PMM deve ser executado, prioritariamente, por instituições públicas dos sistemas de ensino federais, estaduais e municipais e, no caso desta pesquisa, o curso de panificação ofertado foi realizado, principalmente, por professores do Instituto Federal de Birigui. A matriz curricular (Figura 6) do curso foi basicamente toda organizada pelo próprio Instituto Federal, apesar de terem sido feitas reuniões para algumas adaptações da matriz para o grupo participante. A carga horária total era de 240 horas e as disciplinas foram agrupadas em dois núcleos: núcleo comum e núcleo tecnológico, com 100 e 140 horas, respectivamente. As disciplinas do núcleo comum eram: linguagens, códigos e suas tecnologias, matemática e economia doméstica, inclusão digital, desenvolvimento pessoal, cidadania e direito da mulher, saúde da mulher, educação socioambiental e sustentabilidade, e geração de renda. E as disciplinas: habilidades básicas em panificação e higiene, manipulação de alimentos e saúde faziam parte do núcleo tecnológico.

Figura 6: Matiz curricular do curso de panificação retirada do documento original disponibilizado pelo Instituto Federal de Birigui.

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC) DE PADEIRO			
COMPONENTE CURRICULAR	Teoria / Prática	Nº Profs.	Total aulas/horas
Núcleo Comum			
Linguagens, códigos e suas tecnologias	T	1	20
Matemática e economia doméstica	T/P	1	15
Inclusão digital	T/P	1	10
Desenvolvimento pessoal (Mapa da vida)	T/P	1	10
Cidadania e direito da mulher	T/P	1	10
Saúde da mulher	T/P	1	10
Educação socioambiental e sustentabilidade	T/P	1	10
Geração de renda	T/P	1	15
Subtotal de carga horária do Núcleo Comum			100
Núcleo Tecnológico			
Habilidades básicas em panificação			110
Higiene, manipulação de alimentos e saúde			30
Subtotal de carga horária do Núcleo Tecnológico			140
Carga horária total			240

Fonte: (Instituto Federal de Birigui, 2014).

A disciplina do núcleo comum com maior total de horas é a de “linguagens, códigos e suas tecnologias”, seguida por “matemática e economia doméstica e geração de renda” (Figura 6). A partir da matriz do curso e dos depoimentos observados é possível enxergar a importância de conteúdos básicos e gerais para o desenvolvimento da atividade, no caso, de panificação. Torna-se imprescindível a análise da questão educacional para a população do campo, pois o descaso com a educação básica tem relação direta e consequências desvantajosas no ensino profissional. A desvalorização da educação no ambiente rural pelo Estado é algo histórico e marcado por reivindicações de melhorias dos movimentos sociais, destacando o próprio MST.

O descaso público do sistema educacional no ambiente rural¹⁶ é elucidado precisamente por Bezerra Neto (2013):

¹⁶ Segundo a PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de 2017, a taxa nacional de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 7%, e ainda permanece em números mais altos em relação a pessoas com mais de 60 anos, representando 19,3% deste total de analfabetos. Um dado alarmante é a constatação de 38,6% das pessoas com mais de 60 anos da Região Nordeste serem classificadas

Para a população do campo o sistema educacional sempre foi ainda mais perverso, permitindo a existência de prédios escolares em condições miseráveis, professores leigos e muitas vezes voluntários. Pouco tempo de aulas nas classes multisseriadas, pouco ou quase nenhum investimento em recursos pedagógicos, infraestrutura inadequada e sem falar que muitas vezes a manutenção dessas escolas fica a cargo dos próprios professores e fazendeiro (BEZERRA NETO, 2013, p. 13).

A presença de cursos com caráter tecnicista no campo, assim como o Curso de Formação Inicial e Continuada de Padeiro, referido neste trabalho, tem sua importância ao constatar o acesso limitado à educação que a população rural vivencia. Mesmo dada a sua importância, os cursos técnicos ofertados, por pressuposto, não conseguem recuperar o hiato da falta de escolarização percebida no campo, tanto àqueles com mais de 40 anos, como também aos jovens que ainda estão nos anos de educação básica¹⁷. No caso específico de meninas jovens, numa pesquisa feita no interior do Rio Grande do Sul, constatou-se que a maior parte delas tem um nível maior de escolarização que seus pais, e estes consideram importante os estudos justamente por não terem tido a oportunidade de realizá-los (PIZZINATO et al, 2017). Apesar dos tímidos avanços, o campo enfrenta praticamente os mesmos problemas que vêm sendo denunciados desde a primeira metade do século XX pelo movimento do ruralismo pedagógico, os quais ainda não foram superados (BEZERRA NETO, 2017, p. 243). A população rural ainda é impedida de acompanhar os avanços e saberes tecnológicos para um real desenvolvimento no campo. A luta pela educação rural apresenta um cenário de poucas conquistas e evidencia

[...] portanto, que as condições objetivas de fixação do trabalhador rural no campo dependem de medidas econômicas que favoreçam a sua permanência da roça e não nas pedagogias impostas em determinados momentos ou dos esforços despendidos por meio da educação. São as condições reais de sobrevivência, ligadas à maneira como os trabalhadores se organizam, para produzirem sua existência, que determinam suas formas de vida e não as ideias produzidas pelos homens em um dado *habitat* (BEZERRA NETO, 2017, p. 247).

Ainda se tratando sobre educação, sendo o objeto deste estudo um grupo de mulheres assentadas pela reforma agrária vinculadas ao MST, é basilar que saibamos que o Movimento

como analfabetas, reverberando uma educação negligenciada nas regiões Norte e Nordeste do país, sendo estas marcadas pelo ambiente rural. Outra pesquisa feita em 2017 ao INCRA pela Fundação de Sociologia Política de São Paulo traz importantes dados sobre analfabetismo entre assentados da reforma agrária no estado de São Paulo. Nesta, 8,5% dos entrevistados se identificaram como analfabetos, e 57,7% declararam ter o ensino fundamental incompleto (INCRA, 2019). Neste caso, podemos observar a diferença de 1,5% a mais em relação ao nível nacional de analfabetismo do mesmo ano. Cabe ressaltar neste caso que, os números remetentes a analfabetos aumentam consideravelmente em pessoas com mais de 40 anos, justamente a faixa etária da maior parte das mulheres que se encontram nos grupos produtivos dentro do campo (BRUNO et al, 2013). E são essas mulheres que estiveram presentes no curso profissionalizante em questão.

¹⁷ Visto que, no caso do PMM, o público-alvo corresponde a mulheres maiores de 16 anos, sendo uma possibilidade, ainda que mínima, estarem cursando o ensino básico.

reivindica um programa educativo cujo conteúdo seja base para a fixação do homem no campo (BEZERRA NETO, 2017). E, além desta perspectiva devidamente questionada na citação acima, o MST defende uma concepção de educação a partir do movimento denominado “Por uma educação do campo”, que surgiu no final dos anos 1990, que, “por desconsiderar a categoria “totalidade”, esse movimento não consegue pensar a realidade como objetiva e, assim, não trabalha com a ideia da necessidade do conhecimento objetivo, científico, mas apenas com o saber dos agricultores” (OLIVEIRA, 2008, apud BEZERRA NETO, 2010, p. 153). Mas, será que, assim como cursos técnicos no campo têm sua importância, mas não suprem a real necessidade educacional constatada, a escola/ educação defendida pelo movimento também não representa uma armadilha na qual a totalidade da sociedade não é considerada, dificultando sua transformação? Será que a visão de que a realidade rural é tão específica que se distancia substancialmente do ambiente urbano é a mais efetiva para a construção de uma sociedade igualitária, assim como propõe o próprio movimento? A população rural não deveria ter o direito assegurado em acessar o saber acumulado por toda a humanidade, para além de suas especificidades do campo? Cabe a averiguação noutras pesquisas.

A especificidade sobre o ensino profissional, visto como uma oportunidade do trabalhador se adaptar ao mercado de trabalho, ocorre por meio de cursos específicos de curta duração que permitem um aumento do nível de escolarização, passando a ser reconhecido como uma educação continuada presente ao longo da vida do trabalhador (BRANDÃO, 2011). E ensino profissional pode se dar de três formas: “articulado com o ensino regular, [...] ministrado na forma de educação continuada em instituições especializadas ou [...] ministrado na forma de educação continuada no ambiente de trabalho” (BRANDÃO, 2011, p. 5), sendo o segundo tipo pelo qual se organiza o curso de panificação no contexto deste trabalho.

Frigotto (2007) traz em um de seus trabalhos que, ao acompanhar Conferências estaduais que serviam de base às nacionais, percebe-se que por trás de cada conceito e financiamento da educação profissional e tecnológica existe um embate político e ideológico que evidencia as relações de poder que se reiteram em nosso processo histórico. O autor ressalta a importância de trabalhos que nos permitem entender

[...] por que o projeto da classe burguesa brasileira não necessita da universalização da escola básica e reproduz, por diferentes mecanismos, a escola dual e uma educação profissional e tecnológica restrita (que adentra as mãos e aguça os olhos) para formar o “cidadão produtivo” submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado. Por outro lado, permitem também entender por que combatem aqueles que postulam uma escola pública, unitária, universal, gratuita, laica e politécnica (FRIGOTTO, 2007, p. 1131).

Apresentando um apanhado histórico, Frigotto (2007) configura a formação profissional como algo que se efetivou como estratégia de “adestrar” o trabalhador ao mercado, e destaca a pedagogia do Sistema S como “pedagogia do capital”. Ainda defende que

Para o estabelecimento de um vínculo mais orgânico entre a universalização da educação básica e a formação técnico-profissional, implica resgatar a educação básica (fundamental e média) pública, gratuita, laica e universal na sua concepção unitária e politécnica, ou tecnológica. Portanto, uma educação não-dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas (FRIGOTTO, 2007, p. 1144).

Considera-se que o debate sobre o ensino profissional está atrelado ao da escola básica. Na defesa por uma educação associada ao trabalho é de suma importância trazer Saviani (2007) à discussão. Ao discutir educação e trabalho, o autor (SAVIANI, 2007) conceitua a existência do homem como algo produzido pelo próprio homem por meio do trabalho, acrescenta que o homem não nasce homem, mas que ao produzir o homem ele se forma enquanto homem num processo educativo. Nesta relação entre trabalho e educação, Tonet (2011) explica:

À diferença dos animais, nós humanos não nascemos geneticamente determinados a realizar as atividades necessárias à nossa existência. Precisamos aprender o que temos que fazer. [...] Nada disto é biologicamente pré-determinado. Precisa ser conscientemente assumido. Daí a necessidade da educação, vale dizer, de um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, etc. que permitam ao indivíduo tornar-se apto a participar conscientemente (mesmo que essa consciência seja limitada) da vida social. Esta abordagem deixa muito clara a distinção essencial entre trabalho e educação. [...] trabalho é a única categoria que faz a mediação entre o homem e a natureza. Só ele tem a função social de produzir os bens materiais necessários à existência humana. A educação, por sua vez, é uma mediação entre os próprios homens, ainda que ela possa estar relacionada, de modo mais próximo ou mais longínquo, com o próprio trabalho (TONET, 2001, p. 140).

E isto se reverbera numa intervenção ao demonstrar a necessidade de uma escola em que, já no ensino médio, a relação entre educação e trabalho seja explícita e direta (SAVIANI, 2007).

O horizonte que deve nortear a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos (SAVIANI, 2007, p. 161).

Entretanto, uma educação básica de baixa qualidade redundaria num conceito de profissionalização enquanto adestramento de determinadas habilidades que não são

entendidas de maneira articulada ao todo do processo produtivo (FRIGOTTO, 2007), que visa atender ao mercado e não transforma a vida do trabalhador substancialmente.

A maior parte dos trabalhos sobre ensino e qualificação profissional das mulheres rurais discute cursos ofertados voltados ao trabalho agrícola, sendo este o principal trabalho rentável desempenhado por elas. As pesquisas que trazem a discussão da qualificação profissional da mulher rural nas áreas agrícolas ou em outras áreas¹⁸ mostram que o objetivo nos documentos oficiais dessas políticas é de inserir essas mulheres no mercado de trabalho, corroborando com a análise de que o ensino profissional visa ao mercado, especial e essencialmente.

E mais, no que tange ao PMM considerando as demandas do mercado de cada época e região, as áreas dos cursos ofertados são, em sua maioria: culinária, hotelaria, costura e artesanato (DUARTE e PANIAGO, 2016), demonstrando explicitamente as áreas desempenhadas historicamente por mulheres, envolvendo os afazeres domésticos e de cuidados do cotidiano. Isto confirma a proposta do programa em utilizar os saberes já conhecidos e desempenhados por elas nos cursos de capacitação. Mas, simultaneamente, também representa uma perspectiva de qualificação que pouco questiona na prática os papéis atribuídos às mulheres nas relações sociais de gênero, tampouco sugere sua superação. Uma contradição quando se considera que um dos objetivos específicos do acesso ao programa é justamente “fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres” (BRASIL, 2011, p. 5).

Observa-se que a proposta do PMM é apresentada em documentos oficiais como uma capacitação profissional diferenciada, pois não é direcionada apenas à inserção no mercado de trabalho, mas sim enquanto formação que possibilite o protagonismo dessas mulheres, enquanto “sujeitos de sua própria história” (BRASIL, 2011, p. 27). Sobre o primeiro objetivo, tem-se observado pouco sucesso na inserção dessas mulheres no mercado (DUARTE e PANIAGO, 2016, RIBEIRO, 2013), e sobre isso também se refere este trabalho¹⁹. Já as demais transformações que a formação pelo PMM possibilitou, Ribeiro (2013) traz em sua pesquisa, por meio de relatos de egressas, que o curso contribuiu indiretamente para o ingresso no mercado de trabalho, ou para a melhoria na renda. Algumas relatam que o curso auxiliou nas atividades domésticas²⁰, ou até uma melhora em relação à comunicação familiar ou social. A autora ainda traz uma relação, mesmo que discreta, da

¹⁸ Considera-se aqui a área de panificação como uma delas.

¹⁹ E que será discutido no Capítulo 3.

²⁰ O curso especificamente investigado por Ribeiro (2013) foi de “auxiliar de cozinha”, em Luziânia – Goiás.

continuidade dos estudos após a conclusão do curso, no caso das egressas que tinham o ensino básico incompleto (RIBEIRO, 2013). Todos esses ganhos indiretos que o curso trouxe demonstram o potencial da capacitação para além do mercado de trabalho, mas aqui também se pode enxergar que os maiores benefícios são a possibilidade de interação social, de adquirir conhecimentos novos, de instigar a continuidade dos estudos e de melhorar a autoestima das mulheres (RIBEIRO, 2013). Ao ponderarmos que as questões materiais de sobrevivência são fundamentais na vida de qualquer pessoa, e que, a maioria das egressas não consegue se inserir no mercado de trabalho na área capacitada, temos que as condições de melhoria de renda não ocorrem, assim como a melhoria das condições materiais dessas mulheres e de suas famílias.

No caso do curso de panificação feito pelas 300 mulheres de Promissão e Reginópolis, após sua conclusão em dezembro de 2014, o resultado não foi diferente do discutido acima. E sobre esses resultados nos atentaremos ao grupo Flores do Campo que, ao contrário do que almejavam algumas participantes do grupo, todas aquelas que haviam saído anteriormente à capacitação decidiram não retornar à produção dos pães após o curso. Voltaram ao trabalho no lote e o grupo recomeçou a produção dos pães, em março de 2015, com apenas cinco mulheres. As contrariedades para a continuidade do grupo produtivo Flores do Campo se sobressaem à disponibilidade dos equipamentos, de sede, e à formação técnica para a produção dos pães, e sobre isto analisaremos melhor no Capítulo 3, sobre a situação de desmonte do grupo.

3 O DESMONTE E A LUTA PERENE

Como vimos, o grupo produtivo Flores do Campo que surgiu como uma alternativa à realidade de desvalorização do trabalho daquelas mulheres assentadas, passou por um desmonte gradual mesmo com a disponibilidade da sede, dos equipamentos necessários para a produção dos pães, e ainda que tivessem concluído o curso técnico de panificação. As dificuldades enfrentadas e os principais fatores envolvidos neste processo gradual serão melhores discutidos neste terceiro capítulo.

O desmonte do grupo não pode ser interpretado como algo pontual, como um acontecimento que ocorreu após terem cursado a formação em panificação, pois anteriormente ao curso a produção dos pães já estava sendo feita por apenas cinco mulheres. Inicialmente, o que merece atenção é o fato de terem quantidade suficiente de equipamentos para a produção de grandes quantidades de pães e afins, terem sede para a produção, além de estarem certificadas como padeiras. Observa-se que os problemas para a manutenção das atividades do grupo não são referentes às ferramentas, espaço e técnica necessárias para fazer os pães.

São notáveis e frequentes as falas sobre o baixo retorno financeiro que a atividade do grupo Flores do Campo trazia e ainda traz:

Benefícios... Acho que só pessoais mesmo. [...] Economicamente não, porque o que a gente conseguia vender era pra conseguir a matéria-prima novamente (SILVA, 2018).

[...] Era baixa (a renda). Porque nós tínhamos que por assim: nós tínhamos um projeto, beleza? Mas nós não tínhamos um fundo, né?! Pra começar, nós teríamos que ter um carro pra fazer entrega de pães, e nós não tínhamos. Aí, nós tínhamos que arrumar aqui o senhorzinho aqui do lado pra entrega dos nossos pães, mas depois nós tínhamos que pagar pra ele. Quer dizer, é um gasto, né?! Aí nós tínhamos que pagar energia. Às vezes, uma máquina dava problema e não tinha como sobrar. E o que sobrava, nós tínhamos que comprar os mantimentos pra repor, entendeu? Onde as outras que ficou, “Ah, mas não tá rendendo, não tá nada...”. Nós só vamos melhorar quando for daqui um ano (SANTOS, 2018).

Então muitas pessoas tem a cabeça do capitalismo, né? Acha que né... Parece um emprego. Não é um emprego. Depois, (os maridos): “você vai trabalhar lá na padaria? Com esse monte de gente? Você fez um curso... Quanto você vai ganhar por dia? Não é melhor você ficar aqui em casa e trabalhar?” Sabe aquela ideia de antes que a gente juntou as mulheres por que... Voltou tudo de novo aquele negócio lá dos homens ficar dizendo que “Você não vai ter lucro. Você não vai ganhar dinheiro. Você vai entregar pro PAA? Quanto de dinheiro que vai entrar? Se for entrar você pode ir, se não for, você não vai!” E aí elas: “Ah, pra não haver desavença em casa, pras coisas ficarem tudo calma, eu vou preferir escutar ele” (PEREIRA, 2018).

A análise desta seção sobre o desmonte incita o retorno em alguns conceitos já identificados nas duas seções anteriores. Podemos organizar os motivos pelos que quais houve o desmonte gradual do grupo Flores do Campo em dois fatores: as condições reais de

sobrevivência, e as dinâmicas sociais, envolvendo o trabalho produtivo e reprodutivo, vivenciadas dentro dos lares, especificamente com os maridos.

A expropriação do trabalho desempenhado pela mulher perpassa em termos de produção e reprodução. Já foi dito que uma das razões pelas quais algumas mulheres da agrovila Campinas decidiram se organizar em um grupo produtivo foi a falta de reconhecimento e retorno do trabalho exercido por elas dentro de casa e no lote. Sendo sujeitos ativos dentro de um movimento social, a fuga dessa condição de alienação nasce da percepção de algumas adversidades enfrentadas em comum por elas. A produção no lote, sendo o principal meio de sustento da maior parte das famílias assentadas, provém da agricultura familiar na qual a mulher tem expressiva participação. Porém, no que tange ao retorno financeiro da comercialização daquilo que é produzido pela família, a administração fica como responsabilidade do homem (BRUNO et al, et al, 2013; DEERE, 2004; ESMERALDO, 2013; RUA e ABROMOVAY, 2000). O trabalhador rural tem sua força de trabalho apropriada pelo mercado. Mas aqui neste trabalho acrescentamos a discussão de gênero que evidencia a exploração multiplicada vivida pelas mulheres trabalhadoras rurais, que além de serem alienadas de sua força de trabalho produtivo pelo mercado, também está subordinada a determinadas condições dentro das relações sociais dentro dos lares. Ou seja, não têm acesso direto ao montante financeiro da família, muitas vezes, dependendo das decisões dos esposos.

Sobre o trabalho reprodutivo, tido como responsabilidade exclusiva da mulher, de cuidados com a casa e filhos, essenciais para a reprodução do trabalho produtivo, se torna estrategicamente interessante ao modelo de sociedade capitalista na qual tais afazeres são naturalizados no cotidiano e realizados de maneira gratuita pelas mulheres (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). Por mais que estudos recentes vêm mostrar que o cenário apresenta mudanças no sentido de algumas mulheres estarem ocupando espaços de formação superior e de profissões com relativa boa remuneração, sendo estas substituídas pela força de trabalho de mulheres com menos recursos (HIRATA, 2005), no ambiente rural as mulheres ainda são sobrecarregadas pelo trabalho produtivo e reprodutivo, sem delegação de afazeres a outras mulheres, pois são elas mesmas as mulheres com poucos recursos que, muitas vezes, precisam complementar a renda da família realizando os cuidados domésticos de outra mulher com mais recursos.

Embora o contexto de alienação e invisibilidade do trabalho exercido pela mulher rural seja a alavanca na decisão de se organizarem em grupos produtivos tanto para o fortalecimento de vínculo, como para o reconhecimento enquanto sujeitos produtores e

políticos, as necessidades reais de sobrevivência ocupam lugar primordial no percurso do grupo.

A vida no campo é diretamente atingida pelas políticas que visam ao avanço do agronegócio no mercado agropecuário. Como traz Fernandes (2005), “a agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração”. E, mesmo que seja responsável por grande parte da agricultura no campo (exceto em culturas como cana-de-açúcar, soja e laranja), a agricultura camponesa se encontra em posição de desvantagem nas políticas de negociação do mercado.

A combinação é realizada como se agricultura capitalista e agricultura camponesa fossem da mesma natureza. Enquanto, a agricultura capitalista se realiza a partir da exploração do trabalho assalariado e do controle político do mercado; a agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz, a maior parte é apropriada pelas empresas que atuam no mercado (FERNANDES, 2005).

Movimentos socioterritoriais como o MST tem como princípio de luta o acesso à terra pela reforma agrária junto ao enfrentamento ao agronegócio. Mesmo em seu caráter de resistência, a população rural enfrenta diversos problemas para sua manutenção e sobrevivência e toda a discussão apresentada brevemente do cenário rural muito influenciou no desmonte do grupo, em evidência, Flores do Campo. As famílias assentadas têm parte substancial do seu sustento provinda da comercialização dos produtos da agricultura familiar com o apoio de programas federais como o PAA e o PNAE. As mulheres da agrovila Campinas, assim como demonstram outras pesquisas (SANTANA, 2006; SCHWENDLER, 2015), têm participação significativa na produção do lote, assim, podemos deduzir que o tempo dispendido em outra atividade produtiva fora do ambiente doméstico e do lote diminui o tempo de trabalho na agricultura familiar, o que, conseqüentemente, gera menor produção e rendimento para a família. Ou seja, podemos verificar que os esforços dispendidos num grupo produtivo seriam equivalentes a um terceiro turno de trabalho, que se somariam aos outros dois turnos de trabalho: o doméstico e o produtivo no lote. Nessas condições existe um acúmulo de tarefas que podem resultar, de imediato, numa redução da renda familiar. É possível ver aqui uma questão real de sustento e sobrevivência de estarem presentes na produção de seus respectivos lotes. Algo que se agrava quando é considerado o baixo retorno financeiro na venda dos pães e afins do grupo. O sustento pela sobrevivência ocupa lugar central e imediato na vida dessas mulheres e de suas famílias.

O baixo retorno financeiro causado pela informalidade nas vendas dos pães é algo comum em grupos produtivos formados por mulheres, assim como demonstra a investigação feita por Bruno et al (2013):

Da perspectiva da funcionalidade dos grupos, são arroladas como dificuldades a falta de sede própria, a informalidade, a precariedade dos transportes para levar os membros a reuniões e a falta de instrumentos de trabalho adequados. A maioria dos grupos produtivos é informal. [...] Predomina a produção coletiva e a comercialização frequentemente é feita de forma direta com o consumidor e no espaço local e regional. Além disso, são grupos relativamente pequenos (em torno de 15 associadas), e parte significativa da produção permanece informal (BRUNO et al, 2013, p. 220).

No caso do grupo Flores do Campo, o fato de não terem conseguido quórum para abrir uma cooperativa, segundo os relatos, fez com que permanecessem na venda informal e instável dos produtos. Fatores tidos como dificuldades para grupos produtivos de mulheres rurais, citados por Bruno et al (2013), como a falta de sede própria, a falta de instrumentos, e acrescentamos a falta de capacitação, não se apresentam no caso do Flores do Campo pois tinham todos eles disponíveis. A informalidade nas vendas é presente neste caso, mas como consequência da dificuldade em se organizarem enquanto cooperativa. E é neste ponto que se torna imprescindível destacar que, a possibilidade em assumir uma cooperativa está mais relacionada com as dinâmicas familiares dentro do lote, do que com fatores listados anteriormente por Bruno et al (2013). Neste aspecto, se faz necessário analisar as relações sociais familiares como um fator preponderante que levaram essas mulheres de volta ao lote e aos cuidados domésticos.

As relações sociais vivenciadas no ambiente familiar, mais precisamente com os maridos, envolvem a pressão pela permanência da mulher no lote, como observamos nos relatos das entrevistadas:

Porque daí começaram a chegar mesmo os equipamentos. Isso deu um *up* para as mulheres. Mas, nem todas, porque nós, infelizmente, o machismo nessa comunidade é tão grande como em qualquer outra comunidade. Se não tiver uma renda fixa pra cada uma, os companheiros não colaboram (SILVA, 2018).

A pessoa tem que se planejar no lote. Se você souber se planejar no lote, você vive muito bem. Você participa das coisas fora muito bem. É assim que tem que ser, né? Eu acho que tem que saber dividir os afazeres. Mas, tem marido que não faz questão mesmo de fazer isso, pra não deixar a mulher mesmo participar (SILVA, 2018).

Se tiver que pegar alguma coisa, tem de pedir pro marido. Vive na dependência do marido para tudo. Então, a reunião mesmo, se convidarmos, não vêm por que marido não deixa. Tem umas mulheres bem novas aqui, e são completamente mandadas pelo marido (SANTOS, 2018).

Esta situação ultrapassa a necessidade de trabalho na produção, ela envolve o mito naturalizado de que o espaço privado serve de ocupação às mulheres, exclusiva e compulsoriamente. Já foi dito que, se a mulher rural também produz no campo, ela também é encarregada de realizar todo o montante de trabalho doméstico, e o faz de forma gratuita e invisível (HIRATA, 2005). A opressão é comportamental por parte dos esposos que, muitas vezes, impedem essas mulheres de ocupar lugares fora de casa. Mas também está relacionada com a organização do cotidiano e com os cuidados dos membros da família que exigem a disposição da mulher, seguindo o modelo patriarcal capitalista, que explora que usufrui gratuitamente do trabalho reprodutivo (ÁVILA e FERREIRA, 2014; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009; SAFFIOTI, 1979).

Tendo que o trabalho produtivo é aquele despendido nas atividades consideradas econômicas, e que existe uma separação no entendimento entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, devemos enfatizar a dificuldade em observar esta distinção quando não há separação entre unidade familiar e de produção (PAULILO, 2004), que é o caso das famílias assentadas.

Algumas feministas até procuraram defender o trabalho doméstico enquanto trabalho produtivo pelo fato de contribuir para o capital (PAULILO, 2004). Entretanto, apesar de considerar o aspecto econômico do trabalho reprodutivo, concordamos com Paulilo (2004) sobre a importância de se atentar à esfera da reprodução. É inquestionável o interesse de toda a sociedade em pessoas bem criadas, com saúde e educação apropriadas, mas isso é encarado como responsabilidade da mãe (PAULILO, 2004).

Quando se identifica que os afazeres domésticos e de cuidado com os filhos e parentes ficam a cargo dessas mulheres assentadas, também se admite o quanto isso é fundamental para a própria manutenção da dinâmica de sobrevivência e produção dentro do lote. A naturalização da função de cuidar é tão evidente que foi a partir da tomada de consciência dessa pauta que o movimento feminista surgiu (KEARGOT, 2009).

A pauta também contempla a luta pela igualdade no movimento, e está presente nas falas das entrevistadas:

Na verdade, a mulher segura mais o alimento dentro da casa, com trabalho e esforço. Mas o direito a ter a contribuição para ter uma vida independente, ela não tem. Pra nada. É uma exploração. Porque isso não é vida pra uma mulher, não é uma conjugação comum. [...] Tem muita mulher que entra em desespero, tem hora. Mas tem que falar assim: “é culpa sua, tem que reagir!”. Tem que reagir. É complicado, viu. Essas coisas a gente tenta, tenta, mas não avança. A gente não consegue (SANTOS, 2018).

Agora, é importante interpretarmos o papel dessas mulheres no assentamento não como algo que carrega um teor de passividade. É fundamental observar que, nessa problemática, essas mulheres têm “papel ativo na reprodução social de si e do grupo a que se integra” (NEVES e MOTTA-MAUÉS, 2013, p. 29).

Inegável o quanto o trabalho²¹ desempenhado por elas na unidade familiar é de suma importância, e que a essa importância se deve a sobrevivência e manutenção das atividades nos lotes. As mulheres são sujeitos que, de certa forma, reconhecem a relevância de seu trabalho²², e até mesmo o seu caráter desvantajoso, que envolve tanto uma condição de exploração como de opressão. São mulheres que, mesmo em situações de embates, se colocam em posição de enfrentamento das dificuldades visando à autonomia vista toda a organização para o surgimento do grupo Flores do Campo. Essa posição de embates e enfrentamentos está inserida numa agenda de encontros que podem - ou são organizados para - suscitar discussões de gênero. Grande parte desses encontros acontece por intermédio da CPT o que, certamente, poderia ser objeto de estudo na análise de suas contradições.

Todos esses obstáculos apontados, apesar de não se constituírem como o fracasso na organização das mulheres da Agrovila Campinas, enfraqueceram a organização do grupo Flores do Campo, que se iniciou em 2011. Atualmente o grupo conta com duas participantes que produzem os pães e roscas doces duas vezes por semana. A venda continua informal e os pães são pedidos majoritariamente por consumidores que encomendam cestas de produtos orgânicos comercializadas diretamente pela família das duas mulheres restantes. A entrega das cestas, e conseqüentemente dos pães, acontece semanalmente alternando entre os municípios de São José do Rio Preto e Marília – SP.

Durante as entrevistas percebe-se certa expectativa de que o grupo volte a produzir com mais mulheres. Associam ao machismo o desfalque do grupo e esperam conseguir formalizar as vendas um dia, isto de maneira subjetiva, mas pouco planejada. E, pelo relato de uma ex-integrante do grupo sobre a esperança de que o grupo volte a funcionar, consegue-se verificar o quanto a trajetória de organização do Flores do Campo tem grande significado, o qual é instigado também pelo fato da cozinha com todos os equipamentos estarem ainda organizados, sendo mantidos e utilizados durante a semana pelas duas mulheres citadas anteriormente.

Ah, espero sim né, é um projeto tão lindo, tão bonito, foi feito com muito amor. Mesmo essas mulheres, essa “companheirada” que saiu ou das que

²¹ Referimo-nos ao trabalho produtivo e reprodutivo.

²² “[...] para a gestão e reprodução da família e do patrimônio produtivo” (NEVES e MOTTA-MAUÉS, 2013, p. 30).

continuaram, é uma história dessas que vem de longe, né?! É um projeto que tanta gente comenta. Ter ele, e ninguém conseguiu, e nós conseguimos. E eu acho lindo abrir essa cozinha e ver tudo tão lindo, novinho e bem cuidado (SANTOS, 2018).

Pela fala “ninguém conseguiu” podemos constatar que há um reconhecimento das dificuldades e o quanto foi preciso superar de adversidades na organização e produção dos pães no grupo. Conseguimos notar que são vários os motivos que dificultam o sucesso dessas mulheres na busca por uma maior autonomia e reconhecimento que estaria presente num grupo em que elas mesmas administrariam, produziriam e teriam acesso ao montante adquirido na venda dos produtos. “Ninguém conseguiu, e nós conseguimos” retrata a imagem de que o grupo representa um conjunto de conquistas que remetem à força que a organização coletiva tem. Apesar dos obstáculos, responsáveis pelo desmonte, todo o processo de encontros de compartilhamento das vivências, produção coletiva, qualificação profissional e dinâmica no funcionamento do grupo produtivo além de se apresentar como resultado de ações que visavam melhores condições de vida para essas mulheres, pode servir de base para uma autocrítica do percurso tomado.

São mulheres que continuam se encontrando, principalmente, para a realização de eventos no assentamento, que podem ser de caráter religioso, de comemorações relativas ao próprio assentamento, de formação conjunta ou de formação exclusivamente para mulheres. Apesar de não haver uma ruptura na convivência dessas mulheres, o desmonte do Flores do Campo reflete inúmeras informações da condição da mulher assentada. Condição que é percebida e questionada na realidade dessas mulheres assentadas que fazem parte de um dos maiores movimentos sociais da América Latina, que é o caso do MST. As contrariedades e desafios cotidianos enfrentados por elas têm lugar histórico na luta pela igualdade e por melhores condições enquanto mulher rural e assentada pela reforma agrária. E como qualquer outra luta, não é feita só de ganhos, mas de um processo dialético com entraves e superações, sendo um grupo produtivo de mulheres, como é o caso do Flores do Campo, a oportunidade de se entender melhor como ocorrem essas relações. O caso do Flores do Campo não mostra o fim de um processo de organização das mulheres da Agrovila Campinas, mas parte de um processo que perdura, de luta perene.

A luta contra as injustiças sociais é importante enquanto esforços adversos à dominação completa do capital, mas é necessária a cautela para não romantizá-la. Os resultados desta pesquisa muito se aproximam na demonstração de que as condições básicas na sobrevivência de cada família assentada têm profunda relação com o papel que a mulher assentada desempenha na unidade familiar. E isto, discutido e embasado na questão de gênero, corrobora de forma evidente as diferenças e a hierarquização das diferenças entre

homens e mulheres na sociedade, destacando as contradições entre importância e inferiorização das mulheres, sujeitos desta pesquisa, como o principal entrave para o funcionamento do grupo produtivo Flores do Campo.

A conjuntura política e social atual vem mostrando cada vez mais que há um aumento das dificuldades nos assentamentos com a perda de direitos e políticas públicas. Fica claro que as consequências disto atingem diretamente as mulheres rurais em situação dos assentamentos de reforma agrária. Mulheres atuantes dentro de um movimento social que continuam a se organizar e resistir enfrentando as diversas injustiças sociais, assim como as de gênero.

Pelo fato deste trabalho estar inserido na área da educação e ser um de nossos objetivos analisar o curso técnico de panificação, considerando que este também se relaciona com o processo de desmonte do grupo, iremos abordar a discussão sobre o modelo de competências que está conferida como estratégia pedagógica nas políticas públicas educacionais, de maneira geral.

A adentrarmos, de maneira sucinta, na discussão da relação entre educação e trabalho trazemos a noção dos termos qualificação e competência. Para diferenciá-los, Ferreti (2004) elucida que:

A noção de qualificação profissional situa-se no âmbito das preocupações da sociologia do trabalho e tem sido por esta exaustivamente estudada. A de competência, por seu turno, tem origem no campo econômico, mas tem sido abordada pela sociologia do trabalho, seja por conta da aproximação equivocada acima referida, seja porque as mudanças introduzidas na forma de produzir e de organizar a produção o exigiram (FERRETI, 2004, p. 402).

A área da educação que se debruça a compreender melhor a qualificação profissional, no período histórico em que predominou o modelo taylorista-fordista de produção capitalista, investe na dimensão especificamente técnica, ou “essencialista”, desta. Neste sentido, a dimensão “essencialista” foi utilizada tanto na formulação de propostas para formação profissional que correspondessem às demandas da produção capitalista, como no questionamento de uma qualificação profissional que apresenta em sua base a divisão técnica acentuada do trabalho (FERRETI, 2004).

Segundo Ferreti (2004), nos trabalhos de Braverman (1974) foi produzida uma importante crítica sobre a relação entre progresso técnico e desqualificação, evidenciando tanto o processo de alienação a que os trabalhadores estavam submetidos, como também a perda de saberes que eram transferidos para as máquinas e equipamentos. A proposta resultante se fez

em torno da formação profissional e da formação geral e a proposição e a defesa acirrada de uma educação de caráter geral que, contrapondo-se ao duplo processo de alienação/ desqualificação, promovesse a formação plena dos educandos (especialmente os da escola pública, em função da sua extração social), a qual não só lhes proporcionaria acesso aos saberes mas, também, o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o trabalho e as condições de seu exercício na sociedade capitalista (FERRETI, 2004, p. 406-407).

Porém, ainda que resista a defesa por uma formação plena dos educandos, conseguimos identificar o “modelo de competência” servindo como parâmetro para elaboração e execução das políticas públicas educacionais. Defensores deste modelo pedagógico argumentam que existe a necessidade de um novo sujeito social que usufrua das transformações, principalmente econômicas, da sociedade em geral (FERRETI, 2002). Na pedagogia das competências “parte-se de situações concretas, recorrendo-se às disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações” (RAMOS 2001 apud FERRETI, 2002, p. 301). Neste trabalho, Ferreti (2002) ainda se preocupa em discutir se, assim como os defensores do modelo de competência defendem, tal estratégia pedagógica direciona para uma maior autonomia do educando, ou se, ao contrário, corresponde a uma mera adaptação às mudanças na organização do trabalho.

Ao analisar a obra de Ramos (2001), Ferreti (2002) destaca que a “pedagogia das competências” considera o desenvolvimento dos projetos pessoais do sujeito como prioridade na esfera da profissionalização, e não a profissionalidade resultante de compromissos coletivos dos trabalhadores. Tal pedagogia

“tende a assentar-se, de um lado, sobre o construtivismo, priorizando a dimensão subjetiva da aquisição dos conhecimentos e, de outro, sobre a articulação interdisciplinar, conferindo pouca atenção às dimensões social e histórica do processo educativo” (FERRETI, 2002, p. 304).

E conclui afirmando que a “pedagogia das competências” não consiste enquanto suporte para o desenvolvimento da autonomia, e sim como uma perspectiva pedagógica que atenda aos interesses da produção. O paralelo com a situação do curso de panificação realizado pelas mulheres assentadas pode ser feito ao relembrarmos que o objetivo dos cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil é o de inseri-las no mercado de trabalho. Ou seja, o cronograma das capacitações visa ao atendimento do que está sendo requerido pelo mercado.

Nos documentos oficiais do PMM, se fala em habilidades e competências, conceituando as últimas enquanto aprendizados:

Já o Portfólio é um documento que congrega informações que descrevem os conhecimentos, as habilidades, as competências (os aprendizados), incluindo a documentação formal e informal. (BRASIL, 2014).

A certificação profissional dessas mulheres e o reconhecimento das competências adquiridas serão validados pela Rede Certific (BRASIL, 2011).

Mostra-se nítido pelas disciplinas cursadas que o currículo enfatiza a experiência concreta dos sujeitos como uma forma significativa de aprendizagem visto que mais da metade da carga horária é composta pelas disciplinas práticas de panificação, higiene e saúde. Aqui cabe destacar novamente que o curso confere bastante importância aos conhecimentos prévios das educandas. E, o fato de termos um contexto de falta de escolarização no campo referente à educação básica, o foco no modelo de competências que parte de situações concretas para adequar os conhecimentos correspondentes às mesmas, mais a ênfase acentuada pelos conhecimentos prévios das alunas entram como fatores que influenciaram o fracasso quanto ao ingresso dessas mulheres no mercado de trabalho. São fatores que influenciaram até mesmo para que não tenha ocorrido uma mudança substancial na trajetória do grupo já que após concluírem o curso nenhuma das ex-integrantes retornaram ao Flores do Campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anseios por uma realidade mais igualitária, muitas vezes, encontram diversos obstáculos num contexto que perpetua a exploração e opressão concretas e diferenciadas no que toca ao gênero, ou seja, às mulheres e aos homens. E uma análise crítica sobre tais questões traz elucidações sobre o desafio de se transformar uma realidade de desvantagem econômica, política, e social, enquanto mulher rural, que ultrapassa as especificidades do campo, mas que por conta deste se agrava.

Constata-se que tais desvantagens estão cada vez mais difíceis de serem superadas no atual cenário político, que apresenta como pano de fundo uma crescente perda de direitos e de legitimidade aos movimentos sociais como o MST. As dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas que estão submetidas às políticas de negócio que visam ao lucro do agronegócio, e que deixam pra trás o rendimento pela agricultura familiar, vêm se intensificando.

Associada à realidade da questão rural dos assentamentos no Brasil, a situação da mulher assentada tem agravantes. Apesar de desempenhar papel importantíssimo na realização do trabalho produtivo e reprodutivo dentro de sua unidade familiar, a mulher assentada ainda é desvalorizada no que concerne às atividades produtivas, e encarregada compulsoriamente – e historicamente – pelo trabalho do cuidado com a casa, filhos e parentes.

A organização de algumas mulheres do Assentamento Reunidas, Agrovila Campinas, em um grupo produtivo de pães denominado Flores do Campo, demonstra que elas estão cientes desta condição, e que buscam uma realidade diferente. O objetivo principal do grupo foi destacado como o de complementar a renda, isto porque a maioria não tem acesso direito ao montante do retorno financeiro daquilo que foi produzido no lote. Além de terem disponíveis um espaço, e os equipamentos necessários para a produção dos pães em grande escala, o grupo foi contemplado por uma capacitação profissional de panificação. O curso, que se encontra dentro de uma política pública de parcerias entre o Pronatec, o Plano Brasil Sem Miséria, e o Programa Mulheres Mil, foi analisado e discutido como uma importante oportunidade de qualificação profissional para essas mulheres, porém se atentou para o caráter de “adestramento” de habilidades visando ao mercado de trabalho, objetivo este que, na maioria das vezes, não é atingido.

Ao se discutir políticas referentes à educação profissional, foi destacado o panorama de descaso acentuado com a educação no meio rural. Apesar dos cursos profissionais não terem como pressuposto a recuperação do hiato da falta de escolarização, é possível observar

que a formulação da própria grade com as disciplinas do curso de panificação reserva uma atenção a conteúdos básicos e essenciais de Língua Portuguesa e Matemática. Mais uma vez, vemos importância em salientar que os cursos, mesmo com sua necessidade legítima, não refletem em mudanças significativas na vida da maior parte das mulheres que se capacitaram pelo Programa Mulheres Mil, como é demonstrado em diversas pesquisas, inclusive nesta.

Fatores tidos como principais dificuldades para grupos produtivos de mulheres rurais, como falta de sede própria, falta de equipamentos, e informalidade nas vendas, não se apresentam como principais problemas nos resultados deste trabalho. Constatamos que o principal fator que influenciou do desmonte do Flores do Campo foram as relações vivenciadas na dinâmica da própria manutenção da unidade familiar. Ou seja, o papel fundamental que essas mulheres desempenham nos lotes e com os afazeres domésticos e de cuidados faz com que o empenho noutra atividade fora – no caso, dentro do grupo produtivo Flores do Campo – gere consequências dentro das atividades no lote que estão diretamente ligadas com a questão de sobrevivência real e material. As condições de sobrevivência real dentro do lote, e estando essas mulheres ocupando posições importantes na manutenção das mesmas, têm influência basilar no enfraquecimento do andamento do Flores do Campo.

Importante não enxergarmos essas mulheres enquanto vítimas, mas sim enquanto sujeitos ativos na “reprodução social de si mesmas e do grupo a que se integra” (NEVES e MOTTA-MAUÉS, 2013, p. 29). O desmonte do grupo não corresponde ao fim da organização das mulheres da Agrovila Campinas, mas se configura como parte de um processo de luta histórica cheia de entraves e superações. As mulheres do grupo continuam se encontrando e questionando sua condição de mulher rural assentada. E conseguem compreender que, em frente à conjuntura política atual, os esforços de superação das injustiças sociais e de gênero deverão ser maiores devido às frequentes perdas de direitos e enfraquecimento das políticas públicas. Sobre isto citamos Simone de Beauvoir, pois “Basta uma crise política para direitos já conquistados pelas mulheres serem questionados”. Aqui, Beauvoir se refere às mulheres de maneira geral, entretanto, na especificidade da mulher rural assentada podemos prever os desafios que virão. O enfrentamento, como dito, é histórico dentro do MST, no qual as mulheres têm considerável importância. Não se parte do zero para organizar a luta contra a exploração e opressão, assim como não se parte do zero para organizar um grupo produtivo como é o caso do Flores do Campo. A luta pela igualdade é um processo contínuo vivenciado por essas mulheres que conciliam no conjunto de suas atividades o objetivo pela conquista das esferas públicas.

Identifica-se neste trabalho que, apesar do desmonte do grupo, as mulheres da agrovila Campinas estão integradas e se organizam numa agenda que também contempla discussões e atividades sobre a condição da mulher. Mas que, ainda ao tentarem ocupar espaços de reconhecimento, autonomia e valorização se veem impedidas por cumprirem papel fundamental na dinâmica de sobrevivência dentro das unidades familiares. Relação contraditória entre a importância excessiva dessas mulheres nos lotes, e no próprio assentamento, e o quanto isso traz de desvantagens ao se ter como horizonte relações mais igualitárias entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

ARNAUD, A. P. A. R.; SOUZA, F. P. *Perfil socioeconômico do Programa Mulheres Mil – IFPB – Campus Monteiro: expressão da questão social*. VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Tocantins, 2012.

ARROYO, M. G. *Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras, in *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Organizado por M. B. Ávila; V. Ferreira, realização SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia; Instituto Patrícia Galvão, Recife: SOS Corpo, p. 13-49, 2014.

BELO, D. C.; PEDLOWSKI, M. A. *Acampamentos do MST e sua formação na identidade do Sem Terra*. Revista NERA, n. 24, p. 71-85, jan.-jun. 2014.

BEZERRA NETO, L; BEZERRA, M. C. S.; NETO, J. L. [Org.], *Na luta pela terra, a conquista do conhecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. S. Aspectos da educação rural no Brasil, frente aos desafios educacionais propostos pelo MST, Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 26, p. 130-143, jun., 2007.

BEZERRA NETO, L. Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

BEZERRA NETO, L. *Educação do campo ou educação no campo?*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 38, p. 150-168, jun., 2010.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRANDÃO, C. F. *O ensino profissional no Plano Nacional de Educação: as questões da oferta, do atendimento e da formação profissional*. Camine: Caminhos da Educação, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito*. Brasília: Setec, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O Brasil Sem Miséria*. Organizado por T. Campello, T. Falcão, P. V. Costa, Brasília: MDS, 2014a.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cartilha Mulheres Mil: Pronatec/ Brasil Sem Miséria/ Mulheres Mil*, 2014b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*. n. 23, Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/> Acesso em 11 mar. 2019.

BRUNO, R. et al. Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. In: *Mulheres Camponesas – trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Organizado por D. P. Neves; L. S. Medeiros, Niterói: Alternativa, p. 217-236, 2013.

CARVALHO, J. G. *Camponês e campesinato: contribuições teóricas de uma evidência empírica no Brasil*. In: *Trabalho e Educação: Estudos sobre o rural brasileiro*. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 39-51, 2017.

COSTA NETO, P. L. O. *Estatística*. São Paulo: Edgard Blücher, p. 264, 1977.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Mulheres Terra: resistência, cuidado e diversidade*. *Jornal Pastoral da Terra*, ed. 232, 2018a.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Argentinas e argentinos se mobilizam para votação da Lei do Aborto*. *Jornal Pastoral da Terra*, ed. 234, 2018b.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Coco babaçu: o poder das quebradeiras do Maranhão*. *Jornal Pastoral da Terra*, ed. 235, 2018c.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, jan./abr., 2004.

DUARTE, K. C. F. P.; PANIAGO, M. L. F. S. *Programa Mulheres Mil: Educação profissional destinada gênero feminino*. *Itinerarius Reflectionis – Revista Eletrônica da Pós-Graduação em Educação – UFG*, v. 12, n. 1, 2016.

ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social, in *Mulheres Camponesas – trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Organizado por D. P. Neves; L. S. Medeiros, Niterói: Alternativa, p. 237-256, 2013.

FERNANDES, B. M. *Espaços agrários de inclusão social: novas configurações do campo brasileiro*. In: XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Petrolina, 2002.

FERNANDES, B. M. *Agronegócio e reforma agrária*, Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária, Presidente Prudente, 2005.

FERREIRA, M. J. R. *Educação profissional técnica e escolarização feminina: entre o silêncio e a interdição*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2013.

FERRETI, C. J. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?*. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 23, n. 81. P. 299-306, 2002.

FERRETI, C. J. *Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação*. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 401-422, 2004.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabalho doméstico, in *Dicionário crítico do feminismo*. Organizado por H. Hirata; F. Laborie; H. Le Doaré; D. Senotier, São Paulo: UNESP, 2009.

GARCIA, M. F. *Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território*, PEGADA, A Revista da Geografia do Trabalho, v. 3, 2002.

GOHN, M. G. *Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos*, Investigar em Educação, n. 1, p. 35-50, 2014.

GONÇALVES, R. *(Re)politicando o conceito de gênero: a participação política das mulheres do MST*. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais, v. 14, n. 2, 2009.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. *Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro*, Revista NERA, n. 8, p. 1-28, Presidente Prudente, 2006.

HIRATA, H. *Globalização, Trabalho e Gênero*, Revista de Políticas Públicas, v. 9, n. 1, p. 111-128, jul./dez, UFMA, Brasil, 2005.

IBGE. Taxa de analfabetismo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0R,0U&cat=-1,1,2,-2,-3,128&ind=4693>. Acesso em 23 jul. 2019a.

IBGE. Taxa de abandono escolar precoce. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0R,0U&cat=-1,1,2,-2,128&ind=4701>. Acesso em 23 jul. 2019b.

IOKOI, Z. M. G.; et al., S. *Vozes da Terra: História de vida dos assentamentos rurais de São Paulo* – São Paulo: Fundação Itesp, 2005.

KEARGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Dicionário crítico do feminismo*. Organizado por H. Hirata; F. Laborie; H. Le Doaré; D. Senotier, Editora UNESP, 2009.

LUZ, S. C. C. A participação das mulheres nos movimentos agroecológico e feminista e a contribuição do Jornal Brasil de Fato. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. *O que é agricultura familiar*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar/> Acesso em 25 jan. 2019.

Ministério da Educação. *Sobre o PNAE*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/> Acesso em 11 mar. 2019.

Ministério da Educação. *Programa Nacional Mulheres Mil*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil/> Acesso em 11 mar. 2019.

MST. Coletivo Nacional de Mulheres. *Cartilha: Compreender e construir novas relações de gênero*, 1998.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Pesquisa identifica perfil dos assentamentos federais em São Paulo*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/pesquisa-identifica-perfil-dos-assentamentos-federais-em-sao-paulo/> Acesso em 12 mar. 2019.

NEVES, D. P.; MOTTA-MAUÉS, M. A. *Apresentação*. In: Mulheres Camponesas – trabalho produtivo e engajamento político. Organizado por D. P. Neves; L. S. Medeiros, Niterói: Alternativa, 2013.

OLIVEIRA, M. G. [Entrevistas com o grupo Flores do Campo]. Promissão, 23 maio 2018. Entrevista concedida à Danielle Volpian Marques.

PEREIRA, M. L. [Entrevistas com o grupo Flores do Campo]. Promissão, 23 maio 2018. Entrevista concedida à Danielle Volpian Marques.

PINASSI, M. O. O protagonismo das mulheres no MST. Anais do IV Simpósio de Lutas Sociais na América Latina, Londrina, UEL, 2010.

PIZZINATO, A.; et al. *Juventude feminina do meio rural: sentidos sobre educação e perspectivas de futuro*. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo. v. 21, n. 1, p. 41-51, jan./abr., 2017.

RUA, M. G.; ABROMOVAY, M. Companheiras de luta ou “coordenadoras de panela”? As relações de gênero nos assentamentos rurais, Brasília: UNESCO, 2000.

RIBEIRO, L. E. G. *A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB, Brasília, p. 155, 2013.

SAFFIOTI, H. B. A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade. Vozes, São Paulo-SP, 1976.

SALES, C. M. V. S. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 437-443, maio-agosto, 2007.

SANTANA, M. C. S. Muito trabalho, pouco poder: participação feminina mitigada nos assentamentos rurais do estado de Sergipe, in *Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Organizado por M. P. Grossi; E. Schwade, Blumanau: Nova Letra, 2006.

SANTOS, A. M. C. [Entrevistas com o grupo Flores do Campo]. Promissão, 28 setembro 2018. Entrevista concedida à Danielle Volpian Marques.

SANTOS, S. A. *A trajetória do Assentamento Reunidas: O que mudou?*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 133, 2007.

SAVIANI, D. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 55, p. 87-109, jan./mar., 2015.

SILVA, M. A. [Entrevistas com o grupo Flores do Campo]. Promissão, 28 setembro 2018. Entrevista concedida à Danielle Volpian Marques.

THOMAZ JR., A. (Des)Realização do Trabalho: Se Camponês, Se Operário! (Repensar Crítico sobre a Classe Trabalhadora no Brasil). In: *Geografia e trabalho no século XXI*, p. 130-167, 2006.

TONET, I. *Educação e ontologia marxiana*. Revista HISTEDBR *On-line*, Campinas, número especial, p. 135-145, abr. 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade - *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 21, out. 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro para a entrevista semiestruturada

Roteiro de entrevista - Grupo Flores do Campo

Datas das entrevistas: 23 de maio de 2019 e 28 de setembro de 2019.

Local: Assentamento Reunidas, Agrovila Campinas, salão da padaria do grupo Flores do Campo. Município de Promissão, São Paulo.

Entrevistadas: Maria de Lurdes Pereira (participante), Maria da Glória de Oliveira (participante) e Maria Aparecida da Silva (ex-participante) e Maria Aparecida Conceição dos Santos (ex-participante).

I- Dados iniciais/ identidade

Nome, idade, profissão, estado civil.

II- Antes do grupo

- Conte sobre a situação das mulheres da Agrovila Campinas antes do surgimento do grupo e o que motivou a organização do encontro (biodança/ dança circular)?
- Como se deu este encontro?
- Quais mulheres estavam presentes?
- E como surgiu a ideia da criação do grupo?
- Quais eram os objetivos do grupo na sua criação?

III- Formação do grupo

- Quando surgiu o grupo Flores do Campo oficialmente?
- Desde o início a ideia de produzir pães, roscas, bolachas esteve presente?
- Por que produtos de panificação?
- Neste início como se dava a produção e venda dos produtos?
- Quem eram os consumidores?
- Quem fazia parte do grupo?
- Vocês faziam reuniões frequentes?
- Existiam outras atividades do grupo além da produção dos pães, etc.?
- O grupo, de maneira geral, estava satisfeito?
- Quais os benefícios que o grupo/ produção trazia?
- Quais sentimentos estavam mais presentes nas mulheres do grupo?
- Quais eram as dificuldades de manutenção do grupo?
- Quais eram os principais problemas enfrentados pelas mulheres do grupo?
- Como ocorreu a denúncia de uma falsa irregularidade na distribuição dos pães, etc.?

- Quando isto aconteceu?
- Como tiveram a ideia de produzir artesanatos (e parar a produção dos pães, etc.)?
- Quais eram os produtos do artesanato?
- Como se dava a produção e venda desses artesanatos?
- Quem fazia parte do grupo?
- Vocês estavam satisfeitas?

IV- Projeto da padaria e sua aprovação

- Como surgiu a ideia de escrita do projeto da padaria?
- O que estava escrito no projeto (documento)? Quais os objetivos principais do projeto?
- Quem escreveu? Houve alguma parceria na escrita do projeto?
- O projeto foi enviado para qual programa governamental?
- Quando o projeto foi escrito e enviado?
- Quando obtiveram resposta que o projeto havia sido aceito? (documento)
- O que aconteceu com o grupo, de maneira geral, após o projeto ser aceito?
- Quais recursos foram recebidos?
- Quando foram recebidos? (documento)
- O que mudou/ melhorou com a vinda dos recursos?
- O que ainda faltava?

V- Curso

- Como surgiu a ideia do curso?
- Quais foram as parcerias (pessoas, e instituições) que colaboraram na montagem do curso?
- Qual era o objetivo principal do curso?
- Existe um “plano de curso” escrito?
- Quem escreveu?
- Como o curso foi regulamentado?
- Quais foram as principais dificuldades na montagem e regulamentação do curso?
- Quando ele começou?
- Existe um cronograma oficial do curso?
- Existe ementa do curso (aulas: ensino básico, teoria e prática de panificação)?
- Como aconteciam as aulas?

- Onde?
- Quem participou do curso?
- Quais eram as dificuldades e desafios em participar do curso?
- Quem conseguiu concluir o curso?
- Quando foi a conclusão (e formatura) do curso?

VI- Produção após o curso

- Depois de formadas, o que aconteceu com o grupo Flores do Campo?
- O que mudou no grupo e na produção após o curso de panificação?
- Como se dava a produção e vendas dos pães, etc.?
- Quem eram os consumidores?
- Quem fazia parte do grupo?
- Vocês faziam reuniões frequentes?
- Existiam outras atividades do grupo além da produção dos pães, etc.?
- O grupo, de maneira geral, estava satisfeito?
- Quais os benefícios que o grupo trazia?
- Quais sentimentos estavam mais presentes nas mulheres do grupo?
- Quais eram as dificuldades de manutenção do grupo?
- Quais eram os principais problemas enfrentados pelas mulheres do grupo?

VII- Desmonte do grupo

- O que foi acontecendo com o grupo após o curso?
- Como se iniciou o processo de enfraquecimento do grupo?
- Como se sentiam as mulheres do grupo?
- Como se dava a produção neste momento?
- Quais as principais dificuldades do grupo?
- Quais as principais dificuldades das mulheres na participação no grupo?
- O que consideram que tenham sido os fatores importantes no enfraquecimento do grupo?
- Como as mulheres foram parando de participar da produção dos pães, etc.?
- Do que elas se ocupavam no momento em que estariam na produção dos pães?
- Hoje, quem participa ativamente do grupo Flores do campo, na produção dos pães?
- Quais são as pessoas que colaboram de maneira ativa o grupo?
- O que fazem as mulheres que participavam do grupo, atualmente?

- Atualmente, como se dá a produção e venda dos produtos?
- Quem são os consumidores?
- Existem outras atividades do grupo além da produção dos pães, etc.?
- Quais os benefícios que o grupo/ produção traz?
- Quais os principais sentimentos que estão presentes nas mulheres do grupo?
- Quais são as dificuldades de manutenção do grupo?
- Quais são os principais problemas enfrentados pelas mulheres do grupo?
- Qual a perspectiva de vocês em relação ao grupo?

ANEXO

ANEXO A – Projeto de padaria escrito pelas integrantes do grupo Flores do Campo

PROJETO DE PANIFICAÇÃO DO GRUPO DE MULHERES
“FLORES DO CAMPO”

Instituição Proponente	COOPREN - Cooperativa Regional dos Produtores Noroeste do Estado de São Paulo
------------------------	--

1-Identificação

Nome do Projeto: Grupo de Panificação “Flores do Campo”

Nome da Instituição Proponente: Cooperativa Regional dos Produtores Noroeste do Estado de São Paulo

Sigla: COOPREN

Endereço: Agrovila Campinas lote 161, Assentamento Reunidas – Promissão, SP

Endereço Eletrônico: carolirian@hotmail.com

Responsável pela Instituição: Joaquim Francisco de Brito Junior
 R.G.: 15.207.064
 C.P.F.: 051.951.568-40
 Nº Cel.: (14) 9116-9098 / 9754-0342

Responsável Técnico pelo Projeto: Maria Aparecida da Silva
 R.G.: 23.073.835-7
 C.P.F.: 170.531.188-19
 Nº celular: (14) 9124-3324 / 97097177

Nº de participantes no Projeto: onze

2-Considerações gerais sobre a Instituição Proponente:

A cooperativa Regional dos Produtores Noroeste do Estado de São Paulo – COOPREN – sociedade constituída nos termos da legislação vigente tem sua sede e administração no Município de Promissão, Estado de São Paulo. Sua área de ação para efeitos de admissão de cooperados abrange os municípios de Promissão, Brejo Alegre, Cafelândia, Guarantã, Gália e Presidente Alves.

Tem por Objetivo Social a venda em comum dos produtos agropecuários entregues pelos cooperados; a compra em comum de insumos e bens de produção agropecuária; a compra em comum de gêneros de uso pessoal e doméstico.

A cooperativa visa:

- a) receber, classificar, acondicionar, transformar, industrializar e armazenar os produtos dos cooperados, podendo, se necessário, organizar serviço de transporte e outros necessários à sua atividade;
- b) comercializar os produtos dos cooperados nos mercados locais, nacionais e internacionais;
- c) adotar marcas comerciais e registrá-las para os produtos a serem distribuídos por seu intermédio;
- d) abrir e manter filiais, depósitos ou armazéns e unidades de fabricação, julgados vantajosos para o cumprimento dos seus objetivos sociais;
- e) participar de sociedades não cooperativas para melhor atendimento dos próprios objetivos e outros de caráter acessório ou complementar.

3-Considerações sobre o Grupo de Panificação “Flores do Campo” – Breve Histórico:

O grupo de mulheres “Flores do Campo” surgiu da necessidade gritante de Políticas Públicas para as mulheres, exemplo: saúde, educação, lazer e cultura e está associado à COOPREN através de seus integrantes.

O grupo iniciou com quinze mulheres em janeiro de dois mil e onze com a agenda de reuniões para todas as terças-feiras no Salão Cultural (antigo refeitório de uma cooperativa). Varias propostas foram levantadas de encaminhamento de atividades para o grupo: Educação física, Biodança, palestras e orientações com psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, parceria com ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), CPT (Comissão pastoral de Terra) e Agentes de Saúde para viabilizar orientações para combate a Hipertensão, Diabetes, Colesterol, Depressão, etc.

O nome do grupo foi escolhido pelas participantes depois de muita avaliação e ficou definido: Grupo de Mulheres “Flores do Campo”.

Foi feita uma primeira apresentação do grupo para a comunidade através da biodança, cada participante usou a criatividade com sua roupa decorada com flores demonstrando a beleza da mulher camponesa, e foi eleita a mais criativa com a ajuda de jurados do ITESP.

Depois de vários encontros e conversas a respeito de terem algo de concreto para que estas camponesas contribuíssem na complementação de renda de suas famílias e pudessem estar sempre juntas, optaram então pela panificadora, pois esta além de ser uma necessidade do assentamento e fazer parte da nossa cultura alimentar tem o objetivo de aproveitar a produção do próprio assentamento: abóbora, batata, mandioca, milho, etc.

Das quinze participantes, onze são beneficiárias do projeto e com a ajuda do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) fizeram visitas a padaria do grupo de mulheres do Assentamento Timboré / Andradina e à cozinha industrial da Agrovila Penapolis / Promissão, com o intuito de conhecer e aprender um pouco com experiências que estão dando certo.

O Projeto é fruto da luta e organização do grupo de mulheres que acreditam no bem comum e buscam melhoria de vida e dá a estas mulheres autonomia permitindo que elas produzam conjuntamente e aprendam a gerir um empreendimento dentro da economia solidária, inserindo-se formalmente no mercado.

4-Justificativa:

Nos assentamentos de Promissão cada família tem um lote médio de 8 hectares. A maioria comercializa sua produção e tem vínculo com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Projeto do governo. Diariamente chegam caminhões vindos de cidades próximas como Lins, Marília, Bauru, entre outras, para levarem a produção. Algumas famílias, poucas, preferem vender sua produção na feira livre de Promissão.

Uma das mudanças trazidas pelos assentamentos diz respeito à diversificação de produtos em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva, pois as famílias geralmente optam pela coexistência de uma produção para a subsistência e outra destinada ao mercado.

Apesar de muitas vezes as mulheres camponesas terem dupla jornada de trabalho, seu espaço não é considerado produtivo pelas famílias, mesmo que este espaço contribua significativamente para a renda familiar.

As famílias da Agricultura Familiar encontram dificuldades em estabelecer projetos geradores de renda, mesmo sendo beneficiados de programas e projetos oriundos de várias fontes financiadoras que ainda não garante a demanda, principalmente na entressafra.

Com a dificuldade de garantir espaço produtivo reconhecido pelas famílias e o acesso a projetos de investimentos, o Grupo de Panificação "Flores do Campo" nasceu para suprir a necessidade de complementação de renda e engajamento em atividade produtiva e fortalecimento do vínculo social, buscando viabilizar economicamente o sonho da Padaria "Flores do Campo".

Sendo assim torna-se importante a implantação da padaria para produção de produtos de qualidade, de preço justo e com alto valor nutritivo, pois visa aproveitar da produção do assentamento no preparo dos alimentos panificados.

5-Objetivo Geral:

O Projeto de Panificação busca oportunidade de complementação de renda das famílias das mulheres envolvidas no projeto.

6-Objetivos Específicos:

- a) Estabelecer vínculos de amizade entre as participantes;
- b) Proporcionar período de formação através de cursos oferecidos por órgãos públicos: ITESP, INCRA e CPT;
- c) Oportunizar as mulheres envolvidas espaço de disciplina e autocontrole através de regras estabelecidas em Regimento Interno;
- d) Aproveitar a produção da agricultura familiar no preparo dos alimentos panificados.

6-Metodologia: (Descrição Organizacional do Projeto)

Para desenvolvimento das atividades relacionadas à produção dos panificados será usado o espaço físico do antigo refeitório comunitário da COPAJOTA (Cooperativa Inativa) da Agrovila Campinas.

As participantes estarão submetidas às regras estabelecidas em Regimento Interno registrado em cartório da Cidade de Promissão.

Foram criados dois setores de trabalho para que o funcionamento da padaria seja todos os dias de acordo com a demanda de pedidos e encomendas.

O grupo elegeu duas coordenadoras que deliberarão sobre questões estabelecidas previamente pelo grupo em suas reuniões semanais e cada setor terá uma coordenadora que distribuirá as tarefas diárias de cada equipe.

Trabalharão sob os padrões da Vigilância Sanitária Municipal que fará inspeções periódicas.

A parceria com INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e CPT (Comissão Pastoral da Terra) oportunizará ao Grupo de Panificação “Flores do Campo” cursos de capacitação, gerenciamento e treinamentos necessários na área de produção de panificados.

De acordo com o Regimento Interno, o grupo fará avaliações semanais sobre o desempenho de cada integrante, sobre os trabalhos realizados e o montante administrado.

7-Cronograma de Implementação do Projeto:

Etapa	Período provável de implementação
Seleção do Local	Fevereiro / 2011
Pesquisa de Aceitabilidade	Março / 2011
Busca de clientela	Abril / 2011
Treinamento do Pessoal	Agosto a Novembro / 2011
Adequação do Prédio	Imediatamente após o recebimento do recurso
Aquisição de Equipamentos	Imediatamente após o recebimento do recurso
Início de Operação	Após Instalação dos Equipamentos Adquiridos com recurso

8- Plano de Contrapartida

O presente projeto busca recursos para aquisição de Equipamentos e utensílios para construção da Panificadora “Flores do Campo”, para tanto temos como contrapartida do Projeto:

- a) espaço físico apropriado para execução das atividades de panificação;
- b) produtos da agricultura familiar como matéria prima agregando valor aos alimentos produzidos na comunidade;
- c) Segurança do espaço físico com grades de proteção em janelas e portas, e alarme evitando qualquer tipo de ocupação indevida e furtos;
- d) mão de obra qualificada das mulheres participantes do projeto, pois estas estarão se capacitando;
- e) parceria com órgãos públicos como INCRA, ITESP e CPT.

9 – Orçamentos dos Equipamentos e Utensílios

Para aquisição de equipamentos e utensílios para a Panificadora “Flores do Campo” o projeto está orçamentado em:

R\$ 58.758,96

Obs.: Anexo orçamento detalhado dos equipamentos.

10- Formas de prestação de contas

Para efeito de prestação de contas para a entidade financiadora estabelecemos:

- 1- Apresentação de cópias das Notas Fiscais de aquisição dos equipamentos;
- 2- Fotografia do local com os equipamentos adquiridos;
- 3- Apresentação de dados dos fornecedores dos equipamentos;
- 4- Divulgação de relatório semestral de atividades da Panificadora.

PANIFICADORA "FLORES DO CAMPO" - Orçamento

EQUIPAMENTOS DA PANIFICADORA

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
Amassadeira Rápida AR 25		R\$ 3.385,00	
Armário Completo p/ pães com 20 esteiras		R\$ 830,00	
Balança Eletrônica Filizola 15 kg		R\$ 490,00	
Batedeira Planetária BPL 12		R\$ 2.450,00	
Bebedouro Refrigerado de Água Elétrico		R\$ 199,00	
Cilindro Laminador- CL 300 sl		R\$ 1.862,00	
Câmara Climática Termopão GOTP-1200		R\$ 6.720,00	
Câmara de Fermentação de pães CFF-40E		R\$ 6.085,00	
Divisora de pão		R\$ 1.290,89	
Fogão 4 bocas esmaltado – pequeno Titanium		R\$ 530,00	
Fogão Industrial 4 bocas (2 quem simp. e 2 duplos)		R\$ 755,00	
Freezer Cônsul 519 ts	2	R\$ 1.439,00	R\$ 2.878,00
Forno de lastro c/ vapor elétrico – 4 esteiras		R\$ 13.900,00	
Liquidificador Industrial INOX 2 lts		R\$ 399,00	
Liquidificador Industrial INOX 10 lts		R\$ 625,00	
Modeladora p/ pão mesa		R\$ 3.225,93	
Mesa de INOX 90 x 190 x 90		R\$ 910,00	
Moinho de Pão		R\$ 980,00	
Modeladora p/ pão coluna		R\$4.038,10	
Refrigerador Cônsul – 262 lts		R\$ 719,00	